



SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

ATA

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1- PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

1.1 - Discussão e aprovação das atas da sessão ordinária de 15 de setembro de 2017 e da primeira reunião de funcionamento, realizada em 13 de outubro de 2017;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

2 – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

2.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 – Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 26.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Regimento da Assembleia Municipal;

2.3 – Aprovação das Propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano 2018;

2.4 – Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2018 e do Regulamento de Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Nelas;

2.5 - Aprovação da Prestação de Contas Semestrais do ano de 2017;

2.6 – Aprovação de proposta de área de reconstrução urgente: a) Planta com a delimitação da Área de Reconstrução urgente; b) Listagem de prédios de reconstrução urgente; c) Dispensa de consulta a entidades externas no âmbito da reconstrução; d) Elementos instrutórios do pedido de Comunicação Prévia a isentar; e) Isenção das taxas municipais de comunicação prévia ou licença e a autorização de utilização da reconstrução dos prédios listados;

2.7 – Autorizar o lançamento de derrama para o ano de 2018, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.8 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem - Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas – Aprovação;

2.9 - Participação dos Municípios no IRS – Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro – Aprovação;

2.10 – Autorização prévia da Assembleia Municipal de Nelas, para assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

2.11 – Designação de um representante desta Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde de Dão Lafões;

2.12 – Designação de 4 Munícipes para a composição da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Nelas;

2.13 – Eleição de um Senhor Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto para Delegado aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses;

2.14 – Eleição de cinco cidadãos, de reconhecida idoneidade, designados pela Assembleia Municipal, para integrar o Conselho Municipal de Segurança;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

2.15 – Eleição de cinco Presidentes de Junta de Freguesia, representantes do Município na Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios;

2.16 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, representante do Município na Comissão Municipal de Proteção Civil.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

- Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Deputados Municipais,
Digníssimo Público,
Muito boa noite.

Antes de dar início formal a esta Assembleia, vou dar posse a três Elementos que ainda não tomaram posse, nesta Assembleia.

A Senhora Primeira Secretária vai ler a ata avulsa e depois tomarão posse de seguida.

(A Senhora Primeira Secretária, Isabel Cristina dos Santos Gonçalves, leu a ata avulsa referente à tomada de posse dos três novos Elementos: André Manuel Simões Carvalho, António Luís Lopes dos Santos e Marta Sofia Cunha Albuquerque Santos Temudo, tendo os mesmos, de seguida, tomado posse.)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Com a tomada de posse destes três Membros fica constituída, em definitivo, a Assembleia Municipal de Nelas, que neste momento conta com 21 Elementos diretamente eleitos e mais 7 Presidentes de Junta.

Vamos, então, dar início à sessão ordinária de 22 de dezembro com a chamada dos Senhores Deputados Municipais.

(A chamada dos Senhores Deputados foi feita pela Senhora Segunda Secretária Alexandra Maria Lopes Monteiro)

A Senhora Segunda Secretária:

- Faltam os Senhores Deputados: Rui Manuel Simões Costa (veio mais tarde), Luís Manuel Abrantes Pinheiro, Jorge Manuel Tavares Abreu (veio mais tarde) e António Luís Roque Silva.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Estão a faltar 4 Senhores Deputados. Estamos presentes 24 neste momento. Os elementos em falta poderão integrar os trabalhos da sessão, se chegarem até ao fim do Período de Antes da Ordem do Dia.

Damos início ao Período de Antes da Ordem do Dia com a discussão e aprovação das atas da sessão ordinária de 15 de setembro de 2017 e da primeira reunião de funcionamento, realizada em 13 de outubro de 2017.

Pergunto aos presentes, se alguém se quer pronunciar sobre a ata de 15 de setembro de 2017? Se não, vou pô-la à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Treze abstenções e 12 votos a favor. Está aprovada com 12 votos a favor e 13 abstenções. Estamos presentes 25 porque, entretanto, chegou o Senhor Deputado Rui Costa.

Quanto à ata da primeira reunião de instalação da Assembleia Municipal, pergunto: Quem se quer pronunciar sobre esta ata? Se ninguém se quer pronunciar, vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Seis abstenções e 19 votos a favor. Foi aprovada com 19 votos a favor e 6 abstenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Aprovadas as atas, passamos ao ponto 1.2 - Leitura do Expediente.
(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- Ofício n.º 6262, datado de 04 de outubro de 2017, da Câmara Municipal de Nelas – Instalação da Assembleia Municipal;
- Carta da Senhora Dr.ª Isaura Leonor Marques de Figueiredo Silva Pedro – Renúncia ao mandato, por motivos pessoais;
- Carta do Senhor Dr. André Carvalho – Informa que não poderá estar presente na tomada de posse, por motivos de ordem laboral;
- Ofício n.º 6285, datado de 11 de outubro de 2017, da Câmara Municipal de Nelas – Instalação da Assembleia Municipal – Adenda à ata da Assembleia de Apuramento Geral das Eleições Autárquicas;
- Carta do Senhor Dr. Benjamim João da Silva Pedro – Renúncia ao mandato por motivos profissionais;
- Carta de Hélder Isac Marques da Silva e Cunha – Redução de taxa prevista no n.º 13, do artigo 112.º, do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis;
- Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu – Participação do Membro da Assembleia Manuel Alexandre Henriques;
- Humberto José Fernandes Ramos – Requerimento relativo às paragens de autocarro, em Carvalhal Redondo;
- Assembleia Municipal de Penela – Envio de Voto de Pesar e Condolências;
- Presidente da Assembleia Municipal de Sintra – Envio de voto de pesar;
- António Luís Lopes dos Santos – Solicita justificação da sua ausência na tomada de posse do passado dia 13 de outubro de 2017;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses – Eleição de um Senhor Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto para o XXIII Congresso da ANMP;
- E-mail, datado de 25 de novembro de 2017, da CIM Viseu Dão Lafões – Comunica a suspensão da instalação da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões;
- E-mail, datado de 13 de dezembro de 2017, do Senhor Membro da Assembleia Manuel Alexandre Henriques, solicitando diversas informações;
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas – Designação de novos membros a designar pela Assembleia Municipal de Nelas;
- Assembleia Municipal de Mogadouro – Envio de Voto de Pesar;
- Ofício n.º 7586, datado de 14 de dezembro de 2017, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para esta sessão da Assembleia Municipal;
- Ofício n.º 495, datado de 13/12/2017, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu – Despacho de arquivamento pelo Digno Magistrado do Ministério Público – Dr. Caetano do Vale, no âmbito do PA n.º 21/2017, referente à participação do Membro da Assembleia Municipal, Manuel Alexandre Henriques;
- E-mail, datado de 15 de dezembro de 2017, da Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões – Remete e-mail remetido pelo Membro da Assembleia Municipal de Nelas, Manuel Alexandre Henriques relativamente à eleição dos Membros dessa Assembleia Intermunicipal;
- E-mail, datado de 18 de dezembro de 2017, do Senhor Deputado Municipal Manuel Alexandre Henriques, solicitando a inclusão, na Ordem de Trabalhos marcada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

para o dia 22 de dezembro de 2017, da proposta n.º 1/2017 do CDS/PP – Repetição da votação dos representantes da Assembleia Municipal de Nelas na Assembleia Intermunicipal Viseu Dão Lafões e da proposta n.º 2/2017 do CDS/PP – Atribuição de Voto de Louvor ao Bispo Ilídio Leandro;

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 15/2017, datada de 18 de setembro de 2017, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 15 de setembro de 2017;

- Ofício, datado de 09 de outubro de 2017, enviado aos Senhores Membros da Assembleia Municipal – Eleição dos representantes à Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões;

- Ofício, datado de 28 de novembro de 2017, enviado à Senhora Dr.ª Marta Sofia Cunha Albuquerque Santos Temudo, convocando-a para integrar a Assembleia Municipal em virtude do Senhor Dr. Benjamim da Silva Pedro ter renunciado ao mandato;

- Ofício, enviado via e-mail, em 29 de novembro de 2017, ao Ex.m.º Senhor Secretário da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, indicando os suplentes desta Assembleia Municipal a integrar na Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões;

- Ofício n.º 16/2017, datado de 14 de dezembro de 2017, enviado aos Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária de 22 de dezembro de 2017;

- E-mail, datado de 18 de dezembro de 2017, enviado ao Senhor Deputado Municipal Manuel Alexandre Henriques, comunicando que o teor do seu e-mail, datado de 13 de dezembro de 2017, foi reencaminhado para o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas em 15 de dezembro de 2017;

- E-mail, datado de 18 de dezembro de 2017, enviado ao Senhor Deputado Municipal Manuel Alexandre Henriques, comunicando que as propostas apresentadas no seu e-mail, desta data, não podem incluídas na Ordem de Trabalhos da reunião ordinária desta Assembleia de 22/12/2017, por não cumprirem o disposto na alínea a), n.º 1, do artigo 53.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia:

Habitualmente, costumo abster-me de fazer a Leitura do Expediente uma vez que foi endereçado a todos os presentes. No entanto, nesta reunião, uma vez que há assuntos importantes que se prendem com algumas trocas de correspondência entre a Mesa da Assembleia, o Senhor Deputado Manuel Henriques, o Tribunal Administrativo e a Assembleia Intermunicipal Viseu Dão Lafões que informou o participante, não ter quaisquer poderes sobre as decisões desta Assembleia, como decorre da Lei.

Passo a ler a resposta do Senhor Procurador da República relativamente à participação apresentada pelo Senhor Deputado Manuel Henriques, relativamente a possíveis irregularidades na votação para eleição dos Membros representantes desta Assembleia na Assembleia Intermunicipal, participação que também fez à Assembleia Intermunicipal.

O Despacho, que diz o seguinte:

“Relatório



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Iniciaram-se os presentes autos com uma participação enviada pelo Senhor Manuel Alexandre Henriques, identificado nos autos, na qual referia a nulidade da Deliberação de 13/10/2017 de votação dos Representantes da Assembleia Municipal de Nelas na Comunidade Intermunicipal CIM Viseu Dão Lafões na qual e, em resumo, dava conhecimento que é Membro da Assembleia Municipal de Nelas e não foi notificado da ordem de trabalhos de que resultou votação ilegal e por isso nula no passado dia 13/10/2017, tendo sido esta formalidade essencial preterida contribuindo para a nulidade da deliberação.

Por outro lado, na referida deliberação consta que na referida deliberação a mesa admitiu a votação, uma lista da qual constava um candidato que não era ainda membro de jure daquela Assembleia – António Luís Lopes dos Santos, identificado nos autos, continuando este individuo a não ser, na presente data, membro de jure da Assembleia Municipal de Nelas (não tomou posse).

Resultando daqui uma verdadeira impossibilidade de sanar esta ilegalidade na medida em que não estiveram presentes todos os membros do Órgão, devendo considerar-se toda a votação nula, devendo por isso ser repetida.

Solicitada a pronunciar-se sobre tal denúncia e, por ofício junto a folhas 9 a 16, o Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Nelas indicou que no que respeita às reuniões ordinárias e extraordinárias a respetiva convocatória deve ser efetuada através de edital e de carta com aviso de receção, ou por protocolo, sendo para o ato de instalação dos órgãos aplicável a mesma regra, tendo sido integralmente cumpridas as disposições legais relativas à convocatória para a instalação da Assembleia Municipal de Nelas para o quadriénio 2017/2021, conforme resulta do artigo 45.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, para a realização da primeira sessão, reunião esta que se efetuou imediatamente a seguir ao ato de instalação.

Em 6 de outubro de 2017, através de edital e carta registada com aviso de receção, foram os eleitos, incluindo o requerente, convocados para comparecer no dia 13 de outubro de 2017 à instalação da Assembleia Municipal.

Posteriormente, em 9 de outubro de 2017, foi remetida aos Senhores Membros da Assembleia Municipal a ordem do dia com o ponto relativo à Eleição dos Representantes à Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões.

Assim, a convocatória para o ato de instalação dos órgãos e consequente realização da primeira reunião foi feita através de edital e de carta registada com aviso de receção.

Relativamente à ordem do dia onde consta o ponto relativo à Eleição dos Representantes à Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, a mesma foi enviada por correio azul, cumprindo-se integralmente o disposto no n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09.

Quanto ao Eleito António Luís Lopes dos Santos o denunciante apresentou a sua lista a votação e depois de a ter apresentado e a mesma conter um candidato que sabia que não tinha comparecido à Assembleia de instalação o referido António Luís Lopes dos Santos, alertado expressamente para esse facto pelo Presidente da Assembleia Municipal, o requerente desvalorizou e manteve a lista, vem agora invocar tal fato para apontar vícios à deliberação, violando o princípio civilizacional da boa-fé (Artigo 10.º do CPA).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Foram juntas a ata de instalação da Assembleia Municipal de Nelas para o quadriénio 2017/2021, a ata da sessão de instalação/primeira reunião de funcionamento e documentos.

Face aos elementos dos autos, entendemos não instaurar qualquer ação de nulidade da Deliberação de 13/10/2017 de votação da Assembleia Municipal de Nelas na Comunidade Intermunicipal CIM Viseu Dão Lafões por entendermos não conterem os autos motivos factuais e jurídicos para o fazermos.

Com efeito, face aos motivos indicados na exposição e pelos documentos juntos aos autos, não vemos que existam elementos para fundamentar a propositura dessa ação, pelo que, pelos motivos supra expostos, determinamos o arquivamento dos autos.

O Procurador da República, António Caetano do Vale.”

Portanto, com este Despacho do Tribunal julgo estar sanada esta situação, embora o Senhor Deputado Manuel Henriques tenha voltado a pedir para agendar este assunto para hoje, o que não fiz por ter entrado fora de prazo, para além de ser ilegal uma vez que o Tribunal se tinha pronunciado contra esse facto.

O Senhor Deputado Manuel Henriques pede a palavra. Faça favor de usar da palavra.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Muito boa noite,

Senhores Membros da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Estimado Público.

Relativamente a este assunto, só duas notas muito breves. A primeira, é que a decisão em questão não é uma decisão definitiva. É uma situação que está em prazo de recurso, eu vou-lhe chamar uma decisão meramente interlocutória e que eu, ou outro Membro desta Assembleia, posso, legitimamente e em prazo, recorrer dela.

Só para esclarecer, efetivamente, que não é uma decisão definitiva. E, em segundo lugar, efetivamente, e tive ocasião de reforçar isso na troca de correio eletrónico com a Assembleia, foi por decisão nossa depois da informação do Senhor Presidente de que não reunia a tempestividade de ser incluída na Ordem do Dia, nós não insistimos, ela foi retirada e não iremos insistir neste tópico.

Mas, só para reforçar, que é uma decisão interlocutória e não uma decisão definitiva.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Portanto, fomos informados que ainda pode ocorrer recurso sobre esta decisão. Nada tenho a opor a não ser que está a ser posta em causa a dignidade deste Órgão, o que já aconteceu na Assembleia Intermunicipal Viseu Dão Lafões onde, o Senhor presidente informou ter recebido esta queixa, o que me desagradou sobremaneira, por estar a ser posto em causa o funcionamento desta Assembleia.

Chegou, entretanto, o Senhor Deputado Jorge Abreu. Mais alguém quer usar da palavra? O Senhor Deputado Sousa. Faça favor Senhor Deputado Sousa.

O Senhor Deputado António Sousa:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Senhor Presidente, boa noite,
Toda a Mesa,
Caríssimos Colegas da Assembleia,
Estimado Público.

Para já, é um prazer ver aqui caras novas, não só novas por ser a primeira vez que fazem parte desta Assembleia, mas novas também de idade. É sempre bom ver nova gente preocupada com o seu Concelho e darem parte do seu tempo para virem aqui discutir e ajudar a resolver problemas importantes para as populações.

Mas fico triste quando começamos logo uma Assembleia com queixinhas. Nós estamos habituados às queixinhas do CDS/PP. Queixaram-se ao Tribunal Constitucional há quatro anos. E agora começaram logo na primeira Assembleia com as queixinhas.

Ó Senhor Deputado, desculpe, isto é um órgão político. As coisas políticas discutem-se aqui e tratam-se aqui. Não é para os tribunais. Para os tribunais é, na minha opinião, só em casos muito especiais.

A parte política é aqui que se discute. É aqui que se trata. E o Senhor tinha várias maneiras de tentar resolver o problema antes de fazer o que fez. Podia ter pedido um intervalo, podia ter tentado que a lista fosse comum a todos, podia ter tentado várias coisas.

E mais, tinha hipótese de, das decisões da Mesa, recorrer para o Plenário, para toda a Assembleia. E o Senhor não fez nada disso. Pôs aqui uma lista e depois, como perdeu, veio dizer que não tinha recebido a Ordem de Trabalhos.

E depois ainda envia para o Tribunal a dizer que o Presidente da Mesa é que tinha de provar que tinha mandado. Então, mas o que é isto?

O Senhor consegue provar que não recebeu? Consegue provar que não recebeu? Então, só se lembrou que não recebeu depois de ter perdido a votação? Não. É que estamos a tratar de uma questão política. Não estamos a tratar de uma questão processual. Não, não. É uma questão política e nós estamos aqui a discutir política. E aquilo que o senhor fez, em termos políticos, tem duas hipóteses: Ou foi um ato de má-fé, porque o senhor depois, ainda por cima, faz uma queixa de si próprio. Queixa-se de si próprio.

Então, o Senhor põe uma pessoa na lista, na sua lista, não foi na dos outros, que sabe que não tinha tomado posse, e depois vai-se queixar de que a votação foi ilegal porque estava lá uma pessoa que ainda não tinha tomado posse?

Das duas, uma: ou fez isto porque sabia que não podia pôr lá a pessoa e fez por má-fé, ou então, por incompetência. Não há outra maneira de ver o caso. E é muito mal começarmos assim uma Assembleia, porque isto, é a própria Assembleia que fica em causa.

E depois faz queixas para o Tribunal e faz queixas para a CIM Viseu Dão Lafões. Agora vem dizer que ainda vai fazer recurso. O Senhor tem direito a fazer os recursos todos que quiser e mais algum. Isto é um órgão político, porque se isto fosse para estar a discutir coisas processuais, só estavam aqui juristas.

Não, estamos aqui pessoas comuns, do Povo, estamos aqui a discutir os problemas do Povo e das populações.

Percebo muito pouco de leis, ou nada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Agora, uma coisa lhe digo, sei qual é a diferença entre uma convocatória para uma Assembleia e o mandar a Ordem de Trabalhos, sei como é que uma Assembleia deve ser e aquilo que o Senhor fez, realmente, é muito mau para início.

Por isso eu digo-lhe: o Senhor, para merecer o nosso respeito a partir de agora precisa de se fazer respeitar porque, realmente, aquilo que o Senhor fez, aliás, o próprio Delegado diz, que esta frase, acho que é assassina: violou o princípio civilizacional da boa-fé. Aquilo que o Senhor fez ninguém faz em termos políticos. É muito, muito, mau.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Tem três minutos para defesa da honra.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente, eu só queria esclarecer o Senhor Membro da Assembleia Sousa, penso que é assim que se chama o Senhor Sousa, que não será ele que, em momento algum, neste mandato, me vai proibir de exercer, bem, ou mal, os meus direitos.

Eu posso-me equivocar, ou não, quanto à legitimidade, ou à falta dela, de exercer os meus direitos, mas não lhe aceito, nem a si, nem a ninguém, que ponha em causa esse meu direito. Num Estado de Direito os tribunais e o Ministério Público avançam, arquivam, quando há direito, ou não há.

Mas digo-lhe: não lhe autorizo, não lhe reconheço créditos, sem me conhecer, para tamanho palavreado sem qualquer sentido.

E fique esclarecido, sempre que entender que me assiste algum direito equivoco-me, não me equivoco, não será o Senhor que vai legitimar o que quer que seja, isso que fique muito claro. E digo isto a qualquer Membro da Assembleia que está no mesmo direito.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Tem três minutos.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Senhor Deputado, o Senhor pode exercer todos os seus direitos, agora acho que isso politicamente é um erro e o Senhor até devia estar era a pedir desculpa pelo ato que cometeu de estar a fazer uma queixa. O Senhor fez aqui uma cena degradante em termos políticos. Estamos aqui a falar em termos políticos.

O Senhor tem todo o direito de recorrer para onde quiser. Mas sabe que todos os direitos também trazem uma coisinha anexada, que são os deveres. O Senhor também tem o dever de lealdade para com esta Assembleia, aliás, jurou-o. E, por isso, devia-se saber comportar na Assembleia como Membro desta Assembleia, em termos políticos.

E o Senhor cometeu um erro que, se foi sem querer, foi por incompetência. Se foi de propósito é porque foi de má-fé, está mais que visto. E, sabe que uma coisa é ter vindo dizer que se tinha enganado.

E, pronto, qualquer pessoa tem o direito a enganar-se. Agora, ainda vem aqui dizer que tem direito a, pois tem. Não se esqueça que um bom homem pede desculpas pelos erros do passado. Mas um homem grandioso, corrija-os. No seu caso, nem uma coisa, nem outra.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Ó Senhor Presidente, eu volto a clarificar e volto a informar o Senhor Deputado Sousa que o melhor caminho para evitar esta troca de palavras é sermos moderados nos adjetivos.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos passar ao ponto 1.3 – Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”. E pergunto: quem quer usar da palavra? Senhores Deputados Maia Rodrigues, Sousa, João Alfredo e Manuel Henriques.

Ora, eu pedia, encarecidamente, que não usassem mais de 5 minutos em cada intervenção. Começo pelo primeiro a inscrever-se, Senhor Deputado Maia Rodrigues, faça favor.

O Senhor Deputado Maia Rodrigues:

- Obrigado. É a primeira intervenção que faço na Assembleia.

Cumprimentos à Mesa, ao Senhor Presidente da Mesa,

Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores,

Colegas de bancada e não de bancada, portanto, Colegas Deputados Municipais,

E Público.

É a minha primeira vez também na Assembleia Municipal. De qualquer das formas, eu espero encontrar diferenças, certamente, nas nossas posições. Mas espero também que essas diferenças tenham sempre por base o interesse do Concelho porque é natural que tenhamos diferenças, fomos votados em listas diferentes, com posições diferentes.

Eu venho apresentar uma Moção tendo em consideração os incêndios do dia 15 e 16 de outubro. E passava a ler e se precisarem de mais alguma coisa fico à disposição.

MOÇÃO

Apesar do tempo, entretanto, decorrido, os incêndios florestais do passado dia 15 e 16 de outubro não podem deixar de ser lembrados nesta 1.ª reunião ordinária da Assembleia Municipal de Nelas.

Muito mais do que um incidente, entre os muitos do mesmo tipo que infelizmente ocorrem em Portugal, tratou-se de uma catástrofe que ultrapassou o âmbito do Concelho e que nos marcou a todos profundamente.

Não esqueceremos aqueles dias e a sua incidência e muito em particular a destruição do nosso Concelho.

Arderam, ficando afetados, ou destruídos, mais de 60% da nossa área florestal, mais de 30% das nossas vinhas produtivas, habitações, bens pessoais de diversa espécie, animais e pessoas, dentre os quais lamentamos, profunda e sentidamente, uma vida perdida.

Mas se estes acontecimentos nos trazem tristeza e um profundo sentimento de pesar, não podemos deixar de lembrar e louvar todos aqueles que, sofrendo como nós, ultrapassaram os seus sentimentos pessoais e sublimando-se estiveram na linha da frente de combate e socorro, quer na catastrófica noite, quer nos dias seguintes, minimizando o sofrimento de todas as vítimas, permitindo que nada faltasse a todos quantos desprovidos, ainda que temporariamente, dos seus pertences e bens, se sentissem protegidos neste nosso Concelho e são:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Os Bombeiros Voluntários do Concelho;
- A Cruz Vermelha Portuguesa;
- Os Escuteiros do nosso Concelho, bem como de outros Agrupamentos que a seu pedido vieram em nosso auxílio;
- Os Trabalhadores da Câmara Municipal;
- Os Profissionais da área da Saúde;
- Os Profissionais do Centro Escolar, em especial o serviço de refeições;
- As superfícies comerciais de distribuição;
- Os muitos cidadãos anónimos que não faltaram para ajudar os que mais necessitavam de apoio.

Queremos que sintam que lhes estamos profundamente reconhecidos.

Assembleia Municipal de Nelas, em 22 de dezembro de 2017.

O Grupo Municipal do Partido Socialista.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Alguém quer usar da palavra nesta moção?
Senhor Deputado Rui Costa, faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Muito boa noite,
Senhor Presidente da Assembleia,
Senhoras Secretárias,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados,
Estimado Público.

Quanto a esta moção, que a todos nós, não só ao Partido Socialista, mas a todas as bancadas, penso eu, nos faz lembrar o trágico dia que assolou a nossa Região, o nosso Concelho, Concelhos vizinhos e etc., traz-nos uma grande mágoa.

E ainda bem e, o meu muito obrigado por trazer essa moção a esta Assembleia, que eu, totalmente, subscrevo. Mas, de qualquer forma, além da moção e do tema que aqui foi abordado, gostava que a Câmara Municipal também nos trouxesse números que são importantes, são importantes para que esta Assembleia, esta Câmara Municipal e este Município perceba o que realmente a Câmara Municipal fez sobre os incêndios no nosso Concelho.

O levantamento que fez da área ardida. É que acredito que o fez. O levantamento que o fez das pessoas que ficaram sem casa, dos bens que ficaram ardidos e da solução que vão dar ao problema.

Porque aqui é muito bonito. Estamos aqui, aprovamos moções, sim senhora, toca-nos no peito e agradeço. Mas, de qualquer forma, queremos soluções.

É muito bom apresentarmos isto à Assembleia da República, ou aos órgãos legislativos, que nos podem ajudar, mas, o que é que foi feito pelo Município?

O levantamento e as soluções. Também gostava que fossem aqui abordadas, além da moção, com certeza. Pedia ao Senhor Presidente da Câmara, ou a quem de direito, que fizesse uma exposição sobre este tema porque é importante. Não é só dizer que ardeu. Ardeu, sim senhora, ardeu. E o que é que vamos fazer? Vamos fazer moções? Vamos chorar? E as pessoas que ficaram sem os bens, será que foram salvaguardados os pertences deles? E isso é que é importante debatermos aqui.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E agradecia que esta Assembleia, desculpem, realmente os pontos são muitos, mas, se calhar este tema é muito importante para o deixarmos de parte.

E muito obrigado ao Dr. Maia Rodrigues por ter trazido aqui este tema porque eu peço solenemente a esta Assembleia e à Câmara Municipal que nos reporte, realmente, que o fez. Mas, como é que está o estado do Concelho a nível dos fogos florestais?

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Mais alguém se quer inscrever sobre a moção? Sousa? Faça favor. Agradeço que não gaste mais de três minutos.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Além de, como é lógico, apoiar esta moção, dizer, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que nós estamos abertos a que ela seja subscrita por todos, assim, ou com alguma alteração que queiram introduzir, se quiserem discutir isso.

E aproveitava, dado que o tema é o mesmo, para apresentar um Voto de Pesar também relacionado com os incêndios. Penso que o Senhor Presidente depois na altura da informação do Senhor Presidente da Câmara, no ponto 2.1, irá, com certeza, falar, de tudo o que aconteceu, de todos esses dados e o que é que foi feito e, o que ainda há muito para fazer.

E o Voto de Pesar, que eu venho aqui pedir que esta Assembleia vote, é por todas as vítimas dos horríveis incêndios do dia 15 de outubro na Região, especialmente pelos que perderam a vida nos Concelhos vizinhos e particularmente pela morte de João Paulo Fonseca da Luz, de Caldas da Felgueira, no Concelho de Nelas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Mais alguém quer usar da palavra? João Alfredo? Faça favor.

O Senhor Deputado João Alfredo Ferreira:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa e dos elementos da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores.

É para dizer que apoiamos totalmente a moção, e lembrar mais uma vez daquilo que foi dito e que é muito importante não esquecer as nossas aldeias que neste momento elas são habitadas mais por pessoas de terceira idade do que por pessoas novas.

E aquilo que, creio que estará também na mente do Senhor Presidente, sabe que a Proteção Civil começa em nós e com gente com alguma idade vai ser muito difícil.

Temos também, naquilo que disse um elemento do PSD, que pensar um pouco nas pessoas que habitam e da maneira como iremos fazer proteção civil em cada aldeia, porque todos nós, mais uma vez relembro, somos elementos da Proteção Civil.

Senhor Presidente, muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Mais alguém quer usar da palavra neste ponto? Senhor Deputado António Luís Santos faça favor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Deputado António Luís Santos:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Boa noite,

Senhores Elementos da Mesa,

Vereação,

Caros Colegas de bancada.

Eu propunha apenas, uma vez que vamos votar esta moção, da Assembleia Municipal, que a parte final espelhasse exatamente a Assembleia Municipal e não apenas o Grupo Parlamentar do PS.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, por proposta do Senhor Deputado Santos, onde se lê “Grupo Municipal do Partido Socialista”, vai-se ler “Assembleia Municipal de Nelas”.

Ora, então, a moção que foi acabada de ler nos termos em que foi redigida e subscrita pela Assembleia Municipal de Nelas, ponho à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

No seguimento da mesma, foi proposto um Voto de Pesar, apresentado pelo Senhor Deputado Sousa e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade.

Além do Voto de Pesar, se me permitem, eu pedia que cumpríssemos um minuto de silêncio em memória das vítimas e, fundamentalmente, do nosso concidadão.

(Foi feito um minuto de silêncio)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Senhor Deputado Maia Rodrigues, faça favor.

O Senhor Deputado Maia Rodrigues:

- Gostava que fosse divulgada aos órgãos que estão citados. E uma vez que também é dirigida às pessoas anónimas, que fosse divulgada nos locais de estilo de editais e de Juntas de Freguesia a moção e o resultado de um extrato da Assembleia Municipal, com a moção e o resultado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Portanto, é para publicitar aos órgãos e população em geral. Muito obrigado.

Continuando com os inscritos, Senhor Deputado João Alfredo, faça favor.

O Senhor Deputado João Alfredo Ferreira:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Antes de mais nada, quero endereçar os parabéns ao Executivo Municipal pela atividade, em que eu não tive o prazer de estar presente. Em virtude de um erro no meu endereço de e-mail, só há poucos dias comecei a receber mails da Câmara Municipal. Foi um lapso que houve. E relembrar, nomeadamente, quando foi da Linha da Beira Alta, da atividade que foi desenvolvida, que é de louvar em questão cultural.

Mas relembrar aqui ao Senhor Vereador e à Câmara Municipal, que existe um espaço que se situa entre a Movecho e a antiga fábrica das caravanas, onde existem duas placas que são representativas do sítio onde a Linha da Beira Alta foi, efetivamente, concluída. Eu tenho aqui as imagens e sei que aquilo merece que seja preservado porque faz parte do nosso património.

Manifestar também aqui um bocado de, não é de desagrado, mas um bocado de falta de participação da nossa Autarquia quando em Mangualde os atletas da Escola



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Municipal de Natação de Nelas, que até foram medalhados, foi a única Autarquia que não esteve presente, com algum desagrado para nós porque acho que os nossos atletas mereciam, com as condições que temos, e aqui louvo, o esforço do Senhor Presidente em ter feito o protocolo de colaboração com Mangualde para eles poderem lá treinar, o que é ótimo e o Senhor Presidente deve estar a par, até porque faz parte da sua área de jurisdição, que os nossos atletas que representam a nossa Autarquia, neste momento, tirando os atletas da competição, que são federados, são os melhores a nível de participação do Circuito Municipal de Escolas de Natação. Portanto, deixava aqui este apelo.

E estarei disponível, eu vou tentar, já agora respondendo, aqui fazer sempre a crítica que faço, construtiva, e naquilo que esteja disponível darei todo o meu apoio sempre nesse sentido.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente.

Em primeiro lugar, por não ter tido oportunidade de o fazer na instalação desta Assembleia e dos Órgãos Municipais, queria saudar a Câmara Municipal na pessoa do Senhor Presidente, desejar-lhe um mandato bem-sucedido porque um mandato bem-sucedido, Senhor Presidente, será bom para o Concelho e para todas as forças políticas.

Desejar, igualmente, os maiores sucessos à Vereação. Um abraço especial ao meu conterrâneo Aires dos Santos, pessoa que muito prezo, que tenho a certeza que na sua área de função deixará a sua marca, que é conhecida.

Dar nota de que o CDS, neste mandato, terá aqui uma posição construtiva. As eleições já passaram. Queremos ser úteis a esta Câmara e vamos sê-lo. Quero também dar uma palavra ao Partido Social Democrata, um Partido com história neste Concelho, independentemente de ter mais, ou menos, Deputados Municipais e Vereadores do que teve no passado, é uma força muito relevante no Concelho de Nelas desde 1976 e creio que continuará a ser.

E também não podia deixar de dizer ao Movimento Coração do Dão que são muito bem-vindos e como são novos deve-se acolher bem e com educação. Tenho a certeza de que vão deixar uma marca muito positiva, não só aqui, como nas Juntas de Freguesia, onde estão representados. Da parte do CDS/PP, embora estejamos noutra polo ideológico, saudamos de forma muito fraternal a vossa vinda cá e a vossa presença nas Juntas de Freguesia.

Tinha situações muito breves para deixar aqui no Período de Antes da Ordem do Dia.

Em primeiro lugar, dar nota dos 100 anos da Companhia Portuguesa dos Fornos Elétricos, que foram festejados no passado domingo, cerimónia organizada pelos Filhos do Carboneto, um grupo informal de Canas de Senhorim, mas apoiada pela Câmara Municipal e por uma pessoa que quero deixar nota aqui, o Senhor Fernando Barata, detentor de um espólio muito grande sobre essa empresa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Como Canense, agradecer a todos e também à Câmara Municipal, ao Aires dos Santos e ao seu grupo de artistas que contribuíram e muito bem, para a dignificação do evento.

Quero também deixar nota de uma situação. Na passada semana eu dirigi ao Senhor Presidente da Assembleia uma moção, em cima do prazo. O Senhor Presidente, nos termos da lei, entendeu que ela não podia constar da Ordem do Dia, que eu aceito.

Eu poderia facilmente remetê-la para a próxima sessão, mas também não o vou fazer. Vou preferir ler aqui a moção e deixar à consideração da Câmara a sua votação.

A moção pretende atribuir um Louvor ao Bispo Ilídio Leandro.

“No passado mês de setembro foi tornado público que o Bispo D. Ilídio Leandro apresentou ao Papa Francisco a sua renúncia ao cargo, por motivos de saúde.

D. Ilídio Leandro é natural de Rio de Mel, freguesia de Pindelo dos Milagres, São Pedro de Sul.

Fez os seus estudos em Filosofia e Teologia, no Seminário Maior de Viseu, tendo recebido a ordenação sacerdotal a 25 de dezembro de 1973, na Sé Catedral de Viseu.

Na Conferência Episcopal Portuguesa, D. Ilídio Leandro é atualmente vogal da Comissão Episcopal do Laicado e Família.

D. Ilídio Leandro foi ordenado bispo a 23 de julho de 2006, depois de ter sido nomeado por Bento XVI como sucessor de D. António Marto na Diocese de Viseu.

Antes de tão elevada nomeação – que muito honrou as populações do nosso concelho - foi Prior da Paróquia de Canas de Senhorim (1997-2006), Paróquia que inclui as freguesias de Canas de Senhorim e Lapa do Lobo.

O nosso Bispo é uma figura de grande reconhecimento nacional e deixou, nos anos que passou entre nós, um trabalho muito relevante na dinamização da obra social da Fábrica da Igreja de Canas de Senhorim.

É de destacar também a postura sempre construtiva tendo em vista a resolução dos maiores dissídios que separaram, nas últimas duas décadas, os cidadãos do Concelho.

Foi também responsável pela dinamização do Jornal “Canas de Senhorim”, alargando o seu espectro temático.

Encontrando-se em vigor o Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Nelas, publicado na II Série do Diário da República (Apêndice n.º 100) de 3 de agosto de 2004.

O referido Regulamento prevê no seu Capítulo I que o Município de Nelas:

“Deve prestar reconhecimento a instituições e pessoas singulares que de algum modo e através do desenvolvimento dos seus esforços nas mais diversas áreas ou sectores da sociedade contribuíram ou contribuem notoriamente para a dignificação e ou engrandecimento do concelho;”

Por todo o exposto os signatários desta moção vêm propor à Assembleia Municipal que se digne aprovar uma moção que recomende à Câmara Municipal de Nelas a atribuição, nos termos do artigo 3.º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Nelas, a medalha de ouro do município que atribuirá a D. Ilídio Leandro o título de «Cidadão de Honra do Município de Nelas».

Nelas, 16 de dezembro de 2017.”

Senhor Presidente, terminei.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Alguém quer usar da palavra neste ponto?
Senhor Deputado Sousa. Mais alguém? Senhor Deputado Sousa faça favor.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Senhor Presidente,
Senhores Deputados.

Relativamente a esta moção, duas coisas. Primeiro, não sei porque é que ela foi enviada à Mesa para constar na Ordem de Trabalhos, porque as moções podem ser e devem ser apresentadas no Período de Antes da Ordem do Dia. Encaixou, perfeitamente, que não era preciso aquela explicação toda.

Depois, relativamente à moção em si, tem aqui algumas coisas que não estão devidamente enquadradas no Regulamento.

Primeiro, a única coisa que diz, deixe-me cá ver, porque eu tenho aqui a moção, porque é engraçado, estas moções apareceram primeiro nas redes sociais. Não sei o que é que isso quererá dizer.

Fala aqui do Capítulo I que é Generalidades. E, depois, propõe uma moção “que recomende à Câmara Municipal de Nelas a atribuição, nos termos do artigo 3.º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Nelas, a medalha de ouro.

E, relativamente à medalha de ouro, diz o Regulamento: “A medalha de ouro do Município de Nelas destina-se a homenagear pessoas singulares, ou coletivas que, pelos seus serviços relevantes, ou excepcionais, tenham contribuído para o desenvolvimento e o bom nome do Concelho.”

E, depois diz: “Cabe à Câmara Municipal de Nelas, por deliberação unânime dos membros presentes à reunião e por escrutínio secreto, a atribuição da medalha de ouro do Município.”

A medalha de ouro do Município é a coisa mais alta que nós temos para poder atribuir a alguma entidade, ou a uma pessoa. Até agora, a Câmara Municipal só atribuiu três medalhas, a duas entidades, que foi aos Bombeiros Voluntários de Nelas em 1995, e aos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim em 2006, penso que foi isso, quando ambos fizeram 75 anos. E, depois, a um indivíduo, que foi o Escritor António Lobo Antunes em 2005, penso eu.

De notar que a entrega desta medalha, no caso dos Bombeiros Voluntários de Nelas, só foi feita depois de 2004 porque, embora tenha sido aprovada numa reunião de Câmara em 1995, ainda não existia este regulamento e, por isso, nem se sabia como é que era a medalha. Teve primeiro que se criar o Regulamento onde estivesse como é que a medalha ia ser feita e só depois é que foi, efetivamente, dada, porque a atribuição foi em 1995.

Mas este Regulamento tem uma coisa muito curiosa, que no caso da medalha de ouro diz que tem de ser por unanimidade e por escrutínio secreto e que cabe à Câmara Municipal de Nelas essa deliberação e não através de uma recomendação da Assembleia Municipal.

Não pode ser e eu explico-lhe porque é que não pode ser. Porque, quando é na medalha de mérito municipal, que é para entidades, de cuja ação resulte a afirmação do prestígio do Concelho, melhoria das condições de vida da sua população, ou contribuições relevantes para o desenvolvimento concelhio, essa já pode ser. A atribuição da medalha de mérito municipal é da competência da Câmara Municipal de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Nelas, só por deliberação maioritária, podendo as propostas ser apresentadas por qualquer dos seus membros, ou ainda por recomendação da Assembleia Municipal.

Está cá bem dito. A medalha de ouro é só da competência da Câmara. Não há recomendações. E porque é que não há recomendações, penso eu? E acho que quem fez este regulamento tem lógica nisso. Porque depois a votação na Câmara Municipal até é feita por voto secreto. Exatamente, porque um título destes pode trazer pruridos individuais e até aí está coberto a isso.

Por isso esta moção está viciada de duas maneiras: na sua forma e no seu conteúdo. No seu conteúdo, em nenhum sítio se vê, pelo menos salvo melhor opinião e na interpretação que eu faço, penso que para isto não é preciso andar na Faculdade de Direito, basta saber português, em nenhum sítio releva “serviços relevantes, ou excepcionais, tenham contribuído para o desenvolvimento e o bom nome do Concelho”. Por isso, não se integra nisto.

Não pode ser proposta pela Assembleia Municipal. Por isso na questão de conteúdo, quer nesta parte dos serviços relevantes, ou excepcionais, não vejo relevação naquilo que consta nesta moção.

E na forma, também não. Nem pode ser aqui, através da Assembleia Municipal, através de uma moção de recomendação da Assembleia Municipal para a medalha de ouro.

Por isso, isto é uma manobrazinha política mais uma vez.

Isto é uma manobrazinha política, ainda por cima, cavalgando um nome que todos nós temos de respeito. Eu conheci muito bem o Padre Ilídio quando estava em Canas de Senhorim, falava muitas vezes com ele e é uma pessoa por quem nós temos muito respeito e, inclusivamente, ele próprio, uma pessoa humilde, não queria ver o seu nome nestas barafundas políticas.

Isto é um aproveitamento. É para pôr no facebook. Eu sei que o Senhor é um faceboquista. E é para isto que servem estas coisas. Isto é política pura e dura.

Mas onde o senhor hoje anda a aprender já eu dei aulas. E uma das coisas, nas aulas, que eu disse é que politiquice não, não se deve fazer, que é o que o senhor fez naquela parte. Não, não, politiquice pura e dura.

Tenho muita vergonha, se calhar o senhor é que não tem vergonha nenhuma. O senhor não é uma pessoa de confiança. E por isso, esta moção não tem ponta por onde se lhe pegue. Nem, em termos políticos, nem em termos processuais.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Maia Rodrigues, faça favor.

O Senhor Deputado Maia Rodrigues:

- Bom, na moção há uma correção a fazer.

Canas de Senhorim e Santar não têm Prior, têm Abade, são Abades, os Senhores Abades de Canas de Senhorim e de Santar.

Eu conheço o Senhor D. Ilídio muito bem, de Canas de Senhorim e de Viseu, como Bispo. Eu nem sequer conhecia o Regulamento que o Sousa antes citou, nem estava a ver por esse prisma, mas a mim deixa-me preocupado que nós estejamos a fazer proposta para uma coisa para a qual alguém tem que decidir.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

De qualquer das formas, subscrevê-la-ia e votaria favoravelmente sim se fosse pedido à Câmara que atribuísse uma distinção honorífica, tão só. E a Câmara, depois com os seus poderes, deliberará da forma que entender, se a de ouro, se outra qualquer.

E, nesse sentido, a minha proposta, não é proposta de alteração, o Senhor fará o que quiser, mas não via problema em subscrever também com esta pequena alteração porque me fere eu estar a dizer ao Órgão que vai decidir que decide por ele, aliás, que é o contrário.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente, só uma pequena clarificação.

O objetivo desta moção, como qualquer pessoa com meridiano entendimento percebe, era uma proposta totalmente despolitizada, sendo que ela é muito clara em dizer que a Assembleia Municipal poderia com toda a legitimidade, no seu pleno exercício de funções, atribuir essa gratificação, ou outra que entendesse, se mantivesse, como é lógico, o objetivo da mesma.

Relativamente ao Senhor Deputado que fez aqui a segunda intervenção, que eu respeito a forma como foi colocada contrariamente à primeira que não me merece respeito nenhum, devo acrescentar que concordo com as observações que fez. Acho que são construtivas, mas, efetivamente, a Câmara será, como diz a própria moção, sabedora da melhor solução a dar.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Maia Rodrigues faça favor.

O Senhor Deputado Maia Rodrigues:

- A minha sugestão é porque, efetivamente, a forma como está posta dá a entender que há aproveitamento. A Câmara decidirá como quiser, mas a forma como está proposta dá a entender que há aproveitamento do nome e da figura do Senhor D. Ilídio.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Rui Costa, faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Bem, quanto à moção que aqui foi apresentada, eu, na sua essência e no conteúdo inicial, subscrevo-a plenamente.

A pessoa em causa, para todos nós, é uma pessoa que esteve no nosso Concelho, fez o que fez, engrandeceu o nome do Concelho e aí, na primeira parte, como moção, acho que sim.

Mas isto tem duas coisas, meus senhores, estamos a ver uma moção que até a uma certa altura fala do Padre e do Senhor Bispo Ilídio Leandro, na sua essência, no bem que fez, etc., etc. e que todos reconhecemos e até aí nós concordamos plenamente. Depois, faz uma recomendação, uma proposta.

Portanto, eu proponha ao CDS/PP que fizesse a divisão da moção. Uma moção que todos nós poderíamos aprovar em nome da pessoa que foi o Senhor Bispo Ilídio e aí concordava plenamente. E depois poderia fazer uma proposta, uma recomendação à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Câmara Municipal para, realmente, reconhecer a pessoa em causa com, perante a Lei, perante o Regulamento Interno, chamem-lhe o que quiserem.

Podemos ir às alíneas todas, porque é assim: Todos nós sabemos como é que podemos dizer que sim, ou dizer que não à pessoa. Aqueles objetivos que são subjetivos, desculpem lá, mas a realidade é esta, consegue-se fazer.

Portanto, se, realmente, queremos reconhecer e fazer uma moção ao Senhor Bispo, eu pedia ao CDS que o fizesse e que eu subscrevo por baixo. Depois poderia fazer uma proposta, sim senhora, para, realmente, ter uma medalha de ouro, um mérito municipal, aquilo que se considerar e aquilo que se enquadrar com o Regimento do nosso Concelho. E aí, sim, deixávamos de ter problemas de lei, ou não lei e, portanto, estaríamos resolvidos.

Portanto, se o CDS assim o quiser, partiria a moção, é a recomendação que eu faço, se o fizer concordo plenamente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Sousa faça favor.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Senhor Deputado Manuel Henriques, tentou pôr na minha boca coisas que eu não disse porque eu não pus em causa a pessoa, nem as qualidades dela, nem mesmo o merecimento de um Voto de Louvor porque o mais engraçado é que o que diz a proposta é: Atribuição de Louvor. Um Voto de Louvor, tudo bem. Como lhe disse, se calhar, falei mais vezes com o Padre Ilídio do que o Senhor.

Isto, realmente, tem duas partes. A recomendação para uma atribuição de uma medalha de ouro, que nós não podemos recomendar?

O Senhor sabe que não podemos recomendar. Aqui é que esta a armadilha, como a armadilha de pôr aqui a listazinha e depois perdeu e afinal não recebi a convocatória. É igual. É igual Senhor Deputado.

Mas eu continuo a fazer um número que o Senhor ainda não percebeu. Pois, percebeu. Não percebeu. É que o Senhor não é de confiança. É um problema grave, é um problema grave, falta de confiança porque, realmente, isto que está aqui é uma armadilha.

E o Senhor, ainda por cima, está a aproveitar o nome de uma pessoa de bem. Então, se o Senhor queria isso então porque é que não propõe aos Vereadores do CDS/PP que proponham a atribuição de uma medalha de ouro, que é isso que devia ter feito?

O Senhor Presidente da Assembleia:

Muito obrigado. Senhor Deputado Manuel Henriques faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente, aproveito para dar os parabéns ao Senhor Deputado Rui Costa porque, de forma séria, com boa-fé, mostrou como é que os assuntos podem ser discutidos.

Efetivamente, concordamos com as linhas gerais. Podemos discordar nos detalhes, detalhes que a outra pessoa que se pronunciou aqui, eu não concordo, acho argumentos absurdos, mas vou respeitar, mas de todo o modo quando se quer ter uma posição construtiva consegue-se tê-la e permitir que o nome da pessoa em causa seja respeitado porque foi mais forte o desejo de metralhar, ofender, maltratar os Membros do CDS/PP na minha pessoa do que defender o Bispo Ilídio.



Esta foi a minha avaliação. Mas quem está aqui perceberá. Por isso e respondendo diretamente ao Deputado Rui Costa, obviamente que aceito a redução de âmbito. Obviamente que aceito que a Câmara Municipal decida qual dos títulos honoríficos é o mais adequado para aquela situação, ou outra sugestão que queira dar porque, de facto, estamos a falar de uma figura de grande unanimidade no Concelho.

Sobre os outros que vêm para aqui fazer números, que já andam a ensaiar há vários dias, podem continuar porque têm tempo, mas isso a mim diz-me pouco.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Segundo eu percebi, deixou cair a medalha de ouro e põe-lhe outro título. Se quiser alterar a moção para eu pôr à votação, faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Bom, a moção passa a ser:

Proposta de atribuição de Voto de Louvor ao Senhor Bispo Ilídio Leandro e basicamente o que se reduz face ao conteúdo, que eu depois enviarei ao Senhor Presidente reduzido é, basicamente, propor à Câmara que considere a atribuição de um Louvor, ou outro título honorífico, ao Senhor Bispo Ilídio Leandro. Basicamente, a moção vai terminar quando fala no Jornal de Canas de Senhorim, termina nesse parágrafo e é proposta a atribuição de um Louvor.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- O Senhor Deputado Manuel Henriques retirou a parte final da moção onde se invoca o Regulamento das Distinções Honoríficas, deixa-se isso à consideração da Câmara e termina a moção assim:

“É de destacar também a postura sempre construtiva tendo em vista a resolução dos maiores dissídios que separaram, nas últimas duas décadas, os cidadãos do Concelho.

Foi também responsável pela dinamização do Jornal “Canas de Senhorim”, alargando o seu espectro temático.”

E terminava aqui. Corta-se o resto. Portanto, a moção fica com este teor só.

Eu vou ler. A moção na versão final:

Atribuição de Voto de Louvor ao Senhor Bispo Ilídio Leandro

“No passado mês de setembro foi tornado público que o Bispo D. Ilídio Leandro apresentou ao Papa Francisco a sua renúncia ao cargo, por motivos de saúde.

D. Ilídio Leandro é natural de Rio de Mel, freguesia de Pindelo dos Milagres, São Pedro de Sul.

Fez os seus estudos em Filosofia e Teologia, no Seminário Maior de Viseu, tendo recebido a ordenação sacerdotal a 25 de dezembro de 1973, na Sé Catedral de Viseu.

Na Conferência Episcopal Portuguesa, D. Ilídio Leandro é atualmente vogal da Comissão Episcopal do Laicado e Família.

D. Ilídio Leandro foi ordenado bispo a 23 de julho de 2006, depois de ter sido nomeado por Bento XVI como sucessor de D. António Marto na Diocese de Viseu.

Antes de tão elevada nomeação – que muito honrou as populações do nosso concelho - foi Prior da Paróquia de Canas de Senhorim (1997-2006), Paróquia que inclui as freguesias de Canas de Senhorim e Lapa do Lobo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O nosso Bispo é uma figura de grande reconhecimento nacional e deixou, nos anos que passou entre nós, um trabalho muito relevante na dinamização da obra social da Fábrica da Igreja de Canas de Senhorim.

É de destacar também a postura sempre construtiva tendo em vista a resolução dos maiores dissídios que separaram, nas últimas duas décadas, os cidadãos do Concelho.

Foi também responsável pela dinamização do Jornal “Canas de Senhorim”, alargando o seu espectro temático.”

Nestes termos, vou pôr à votação esta moção e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

E, uma vez que não está mais ninguém inscrito neste ponto e já ultrapassámos a hora que a Lei nos permite, em 10 minutos, começámos às 21,15 horas, vou passar ao Período da Ordem do Dia com a informação do Senhor Presidente da Câmara e pedia-lhe para neste ponto, se achasse conveniente, responder às questões que o Senhor Deputado Rui Costa apresentou e lembrar-lhe que dispõe de 20 minutos.

Muito obrigado.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.mo Senhor Presidente, da Assembleia Municipal

Ex.mos Senhores Membros da Assembleia

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V.ªs Ex.ªs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal em 15 de setembro de 2017 até à data de 18 de dezembro de 2017, bem como a sua situação financeira.

A) Informação sobre obras municipais, ambiente, gestão urbanística e planeamento

Nomeadamente:

- Arranjos e reparações diversas nos Jardins-de-infância e Escolas do 1º Ciclo do Concelho;
- Equipa SOS Buracos: múltiplos arranjos de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias;
- Limpeza dos recintos exteriores das escolas do Concelho;
- Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;
- Reabilitação do edifício da Antiga Escola Primária Masculina da Aguieira;
- Continuação das obras de ampliação do cemitério de Vilar Seco;
- Continuação do programa urbanístico de protecção de pessoas e bens em todas as freguesias;
- Conclusão das obras de requalificação Espaço do Cidadão em Canas de Senhorim em colaboração com a Junta de Freguesia de Canas de Senhorim;
- Conclusão das obras de requalificação Espaço do Cidadão em Santar em colaboração com a União de Freguesias Santar/Moreira;
- Continuação das obras da Loja do Cidadão em Nelas no edifício onde actualmente se encontra instalado o ABC;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Conclusão da requalificação das fossas sépticas do Concelho através da empresa Endesa/Hidromondego no âmbito das compensações da não construção da Barragem de Girabolhos, a saber: Fontanheiras, Casal Sancho; Santar, Vilar Seco I e II, Moreira de Cima; Pisão I e II, Carvalhal redondo I e II; Algerás, Zona Industrial, Folhadal; Quinta da Cagunça; Casal Sandinho; Portela, Casal são José; Vila de João do Monte I e II, Póvoa de Cima, Póvoa de Luzianes; Póvoa de S.º António I, II e III, Vale de Madeiros I, II, III, Lapa do Lobo I e II;
- Construção de muros e passeios na Avenida Vasco da Gama, em Carvalhal Redondo;
- Construção de passeios na Avenida Carlos Afonso Paiva, em Carvalhal Redondo;
- Continuação das obras de ampliação do cemitério de Senhorim e respectivo parque de estacionamento;
- Investimento de 220 mil euros na execução em curso do Cadastro Informático das Redes de Água e Saneamento em todas as freguesias;
- Conclusão de balneário e wc no cemitério de Santar;
- Continuação das obras de ampliação do cemitério do Folhadal;
- Cemitério Novo de Canas de Senhorim;
- Construção de muros e passeios à entrada da Lapa do Lobo;
- Construção de muros e passeios em Vale de Madeiros junto da Escola Primária;
- Construção de passeios na Rua da Escola, em Vila Ruiva;
- Construção de muros e passeios na Estrada Santar/Carvalhal Redondo;
- Continuação dos trabalhos de ampliação da E.N. 234 da saída de Nelas/Mangualde até à casa dos Cantoneiros;
- Continuação das obras da ETAR III de Nelas e Sistema Intercetor;
- Requalificação dos passeios na Avenida 25 de Abril, entre Casal Sancho e Santar em cooperação com a União de Freguesias Santar-Moreira;
- Requalificação dos passeios na Vila de Senhorim em cooperação com a Junta de Freguesia de Senhorim;
- Requalificação urbana da nova estrada de ligação Associação/Estrada das Ladeiras, na Póvoa de S.º António;
- Requalificação urbana do Bairro da Feira, em Nelas;
- Construção do parque urbano da Aguieira por iniciativa da União de Freguesias Carvalhal- Aguieira com o apoio da Câmara Municipal de Nelas;
- Continuação da requalificação urbana do Pêro Cabeço em Casal Sancho;
- Continuação das ETAR'S de Santar I, Santar II, Moreira, Lapa do Lobo, Aguieira/Carvalhal Redondo, Vilar Seco,
- Endesa, continuação das obras na EM Moreira-Nelas em Moreira, Rua do Castelão-Lapa do Lobo, Avenida da Soma, Santar.
- Alargamento e construção de muros na Avenida do Farol, em Canas de Senhorim.
- Procedeu-se a poda de árvores no concelho.
- Trabalhos de captação de água no rio Dão, nas Fontanheiras.
- Reparação e colocação de sinalização vertical no concelho.
- Águas pluviais na Rua do Paraíso-Pisão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Requalificação do largo do Eirô em Moreira em cooperação com a UF Santar Moreira.
 - Demolição parcial ou total de várias habitações no concelho em risco de ruína.
 - Abate de várias árvores em risco de queda.
 - Recolha e distribuição de vários bens às pessoas afectadas pelo incêndio.
 - Recolha e distribuição de alimentação para animais.
 - Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais nas localidades afectadas pelo incêndio.
 - Construção de vedações para animais.
 - Aquisição de habitações para requalificação/integração no espaço público.
- B) Informação sobre educação, cultura, desporto e serviço social:
Nomeadamente:
- Atribuição de mais 20 subsídios no âmbito do Regulamento de Incentivo à Natalidade;
 - Participação do Município de Nelas na 9ª Gala Rainha das Vindimas a convite da AMPV- Associação de Municípios Portugueses do Vinho;
 - Apresentação do espectáculo “O Pequeno, Grande Polegar” em Nelas pelo grupo de teatro Acert/Trigo Limpo no âmbito da rede Cultural CIM-Viseu Dão Lafões;
 - Realização da Ação de Sensibilização CeR (Cuidar e Receber)- projeto de informação e apoio aos Cuidadores Informais;
 - Atribuição de apoio financeiro e logístico à Associação Amigos de Santar para a realização de Festa do Ramo e da Vindima 2017;
 - Prestação de apoio logístico na realização da Viagem Medieval em Canas de Senhorim;
 - Tomada de posse dos Órgãos Municipais para o Quadriénio de 2017-2021;
 - Apresentação do espetáculo de final de ano das classes de Ballet e Contracantinho, “As Sementes de Leão” da Associação Cultural Contracanto no Cine Teatro de Nelas;
 - Acolhimento do Torneio de Apuramento para o Campeonato da Europa 2017/2018 Sub-19 Feminino nas instalações do Complexo desportivo José Lopes Correia;
 - Visita do Sr. Presidente da República ao Concelho de Nelas para se inteirar da situação do mesmo após os incêndios que ocorreram nos dias 15 e 16 de outubro;
 - Apresentação nos jardins-de-infância do Concelho da história “ E se a Cinderela fosse o Cinderelo?” para assinalar o Dia Municipal da Igualdade;
 - Organização da conferência para educadores de infância “A evolução das mulheres na perspetiva das Princesas da Disney” no âmbito do Dia Municipal para a Igualdade;
 - Receção e apoio à organização do 4º dia do II Congresso Internacional “Vinha e Vinhos”;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Apoio logístico aos vários magustos organizados pelas Escolas e Jardins de Infância do Concelho;
- Comemoração do Dia Europeu do Enoturismo em Nelas com visitas ao Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão, Quinta da Lagoa, Quinta da Fata e Caminhos Cruzados;
- Apresentação do espetáculo “Contos de Baco” em Nelas pelo grupo de Teatro de Montemuro no âmbito da rede Cultural CIM-Viseu Dão Lafões;
- Organização da ação de formação “Crianças ao Barulho: participação infantil no processo educativo” para os docentes das Atividades de Enriquecimento Curricular do Concelho;
- Coorganização da festa solidária do Indiferente Bar onde foram angariados 2.180€ que reverteram na sua totalidade para a conta solidária do criada pelo Município de Nelas na Caixa Geral de Depósitos “Solidariedade Incêndios 2017”;
- Angariação de donativo no valor de 5.000€ da Mini-hídrica de Senhorim para a conta solidária “solidariedade Incêndios 2017”;
- Apresentação do Projeto “Oficinas Múltiplas” da Biblioteca Municipal de Nelas que consiste num conjunto de atividades de desenvolvimento artístico com os alunos do Clube de teatro da EB 2,3 Dr. Fortunato de Almeida;
- Organização da atividade “1882- Evocação da Inauguração da Linha da Beira Alta” na estação de caminhos-de-ferro de Nelas;
- Apoio logístico à ação de sensibilização organizada pela CPCJ de Nelas “Vamos lá falar de violência!” no âmbito do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres”;
- Entrega de mais 49 cartões séniores municipais, elevando para 396 o número de séniores do Município que usufruem do conjunto de benefícios e descontos em cerca de 107 estabelecimentos comerciais do concelho;
- Organização de um workshop pela Universidade Sénior- “Biodanza” para os alunos e professores;
- Participação da Universidade Sénior, com a Rádio Universidade Sénior, na 1ª Conferência/Fórum Permanente para as Competências Digitais, em Coimbra que contou com as presenças da Ministra para a Modernização Administrativa, o Ministro da Economia e o Ministro da Educação;
- Participação de Escola de Natação na 1ª e 2ª concentrações das Provas do Circuito Municipal de Escolas de Natação, época desportiva 2017/2018;
- Início do projeto “Música Maestro”- introdução da disciplina de música no pré-escolar, ano letivo 2017/2018;
- Início do projeto “Crianças em Movimento”- disciplina de atividade física no pré-escolar, ano letivo 2017/2018;
- Organização do Mercado de Natal em Nelas nos dias 7,8,9 e 10 de dezembro. com:
 - Montra de atividades permanentes: artesãos e produtores de vinho do Concelho;
 - Trono do Pai Natal;
 - Causas Solidárias como a distribuição de prendas a todas as crianças do Pré-escolar e do 1º CEB dos Estabelecimentos de Ensino por parte do Grupo Jerónimo Martins e mais em particular a “Uma Prenda de Natal Especial” que consistiu numa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

recolha de pijamas e peluches e a sua entrega reverteu para o Internato Viseense de Santa Teresinha e para a Confraria de S.º António de Viseu;

-Momentos de atuação musical com os “Meninos do Collegium do Articulado”, o Coro da Universidade Sénior, o Grupo “Serões da Beira Alta”,

- Christmas Night Run;

-Várias animações infantis como o Atelier dos Duendes do Teatro Hábitos, o teatro infantil “Tereré e a Palhaça Anita” e as “Histórias da Vida em Dó Maior”;

○ Festa de Natal para todos os alunos dos jardins de infância e 1º ceb do Concelho com um espetáculo de magia e entrega de um pai natal de chocolate;

○ Inauguração das Luzes de Natal e da árvore Galp Energia em Canas de Senhorim;

○ Visita do coro da universidade Sénior à Unidade de Cuidados Continuados de Nelas no âmbito das Comemorações Natalícias;

○ Organização do Jantar de Natal para todos os funcionários da Câmara Municipal de Nelas;

○ Apoio logístico ao evento “Comemoração do centenário da Companhia Portuguesa de Fornos Elétricos” organizado pelo grupo Filhos do Carboneto;

C) Informação administrativa, financeira, recursos humanos e saúde:

Dados à data de 30 de Novembro de 2017

a) A dívida de médio e longo prazo foi de 9. 583.369.18 €;

b) A dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores, foi de 1.018.690.03 €;

c) Os fundos disponíveis para dezembro de 2017: 603.551.97 €;

d) Em 13 de Outubro de 2017 tomou posse o novo executivo da Câmara Municipal, constituído em termos de permanência pelo Presidente da Câmara e 3 vereadores (Sofia Relvas, Fernando Silvério e Aires dos Santos, sendo aquela Vice-Presidente) com a distribuição de funções como consta em anexo e foram nomeados para o Gabinete de Apoio a Presidência, ao abrigo da lei, os adjuntos António Rui Nogueira e Carlos Jorge Matias, conforme despacho de que se anexa também cópia.

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva:

- Os meus cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Cumprimento a Mesa da Assembleia,

Os Senhores Vereadores,

Os Senhores Membros da Assembleia Municipal,

Os Senhores Presidentes, de Junta,

E todas as pessoas, Múncipes, que estão presentes.

Portanto, neste particular da informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, coloco-me, naturalmente, à disposição.

Mas, antes disso, queria desejar a todos os presentes Boas Festas de Natal. Agradecer toda a colaboração que todos deram neste ano de 2017 para o normal andamento da atividade municipal e desejar que em 2018, que é o primeiro ano completo de um mandato de 4 anos, todos possamos contribuir para aquilo que é, afinal, o desígnio da nossa eleição e da qualidade de Autarcas, que é a defesa dos interesses das populações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Eu queria deixar também aqui um agradecimento e um ato de responsabilização relativamente à questão que já foi falada aqui na Câmara e que, neste último trimestre, nos tocou muito, que é a matéria dos fogos e, portanto, deixar também um agradecimento da parte da Câmara Municipal, do Senhor Presidente da Câmara, relativamente a todos os Agentes da Proteção Civil, com os Bombeiros à cabeça, naturalmente, mas também todas as Entidades que foram referenciadas na moção que foi aprovada. Também as Juntas de Freguesia, os Senhores Presidentes de Junta e a colaboração que deram às populações. As próprias populações. Todos os atos de solidariedade que recebemos, interna e externamente, por empresas, famílias e particulares.

O mesmo agradecimento, que é, ao fim e ao cabo, um agradecimento e um reforço de responsabilidade relativamente à prevenção, seja em matéria de fogos florestais e que, portanto, já havia grande sensibilidade por parte da Câmara Municipal e vai haver ainda mais. Vamos intensificar com todos os Agentes da Proteção Civil as ações de prevenção e de ações concretas no sentido de que situações como aquelas que ocorreram com um nível de dano bastante elevado, uma situação gravíssima, mas não tanto, que não nos deixa nada satisfeitos, com o nível de profundidade que aconteceu noutros Municípios. E falo isto, particularmente, em matéria de defesa do nosso tecido empresarial.

Mas também em matéria da água. E aqui, também deixar um agradecimento, também outra vez aos Bombeiros, outra vez aos Funcionários, outra vez aos Agentes da Administração Central, ao Governo, às Águas de Portugal, Águas do Norte, todas as Câmaras vizinhas porque tão grave como a questão dos fogos foi e continua a ser a questão da água.

Os fogos fizeram muito mal em matéria de segurança e confiança relativamente aqui ao nosso território numa dimensão muito elevada, mas a questão da água, numa dimensão também muito preocupante porque é, de facto, a confiança e a segurança relativamente ao futuro, quer em termos de consumidores domésticos, quer em termos de instalação de empresas, que fica bastante afetado.

Portanto, o facto de termos mais de um milhão de metros cúbicos, neste momento, na Barragem de Fagilde, não nos pode deixar descansados e há agora no início de janeiro uma nova reunião, das muitas que tem havido com os interlocutores governamentais, seja o Ministério do Ambiente que lidera esta questão, seja o da Proteção Civil e outros, no sentido de conseguirmos, rapidamente, dar segurança e confiança relativamente à utilização de um recurso que é, absolutamente, essencial para as pessoas e também para as empresa, duas grandes, em particular, que temos instaladas no nosso Concelho.

E, portanto, aqui, mais uma vez todos os Agentes de Proteção Civil, todas as pessoas, todos os Funcionários da Câmara, todos os envolvidos, foram, de facto, inexcedíveis no sentido de fazer face a esta grande dificuldade.

Deixar também um Voto de Reconhecimento e de Agradecimento em nome da Câmara relativamente a algumas atividades que também foram aqui referenciadas, em cooperação com a Câmara Municipal, sejam os 50 anos da Escola Técnica do Dão, sejam os 100 anos da Companhia Portuguesa de Fornos Elétricos.

Deixar também um desejo, que mais Autarcas e, particularmente mais Autarcas da Assembleia Municipal, porque os 100 anos não se voltam a comemorar,



comemoraram-se no domingo e agora só daqui a 100 anos, ou 150 anos e deixar também aqui um desafio para esses momentos de comemoração e momentos altos que nos unem a todos e, portanto, são consensuais, quer nos 50 anos da Escola Técnica do Dão, quer nos 100 anos da CPFE, ou nos 135 anos da Linha da Beira Alta, mais Autarcas pudessem associar-se a investimentos e infraestruturas de geração materiais e imateriais.

Dizer ao Senhor Deputado João Alfredo que o que ele falou aqui, obrigado pela colaboração, mas que foi apresentado também um livro, editado pela Câmara Municipal de Mangualde, onde, precisamente, se falava nessa questão das inscrições que estão em rochas, que nós conhecemos bem, entre a Fábrica das Caravanas e a outra fábrica, que fica a Sul, Sul-Nascente.

E, portanto, particularmente por intermédio do Senhor Vereador Aires dos Santos, que tem as funções do Património Cultural no seu encargo principal. Portanto, estão a ser feitos esforços com o Museu Ferroviário no sentido de serem estudadas, mais estudadas e valorizadas aquelas inscrições na rocha, que são de 1880. O início da Linha da Beira Alta é de 1882, de agosto, portanto, comemorou este ano 135 anos, curiosamente também a mesma idade da Companhia das Águas Medicinais das Caldas da Felgueira, que também são de agosto de 1882.

Estamos atentos a isso, como estamos atentos, não sei o que é que se passou, ou terá passado na altura, peço a compreensão para isso, mas a representação institucional que nós procuramos em todos os campos, terá escapado na Escola Municipal de Natação, mas terá a ver com esta questão da falta de água, dos fogos, de alternativas para a Escola Municipal de Natação funcionar que, como sabem, está inativa e, portanto, esperamos agora em janeiro, os responsáveis do Desporto estão já a analisar essa possibilidade no sentido de rearmos essa Escola Municipal de Natação aqui nas piscinas de Nelas que aproveitámos também esta circunstância da falta de água e era uma medida mais de sensibilização porque não são os 20 m³ que poderiam impedir o funcionamento da Escola Municipal de Natação, mas era um sinal de poupança de água, mas aproveitámos também para fazer um investimento de 70.000,00 euros na piscina coberta e que, está em condições, agora no início de janeiro, de poder funcionar. Havia o risco mesmo da rutura da piscina relativamente aos seus equipamentos de funcionamento e, portanto, fizemos um procedimento e a Escola estará em janeiro, estamos a afinar isso, pronta a avançar e a contribuir para aquilo que também o Senhor Deputado deseja.

É evidente, Rui Costa, que é importante também dar um sinal político de solidariedade e de atenção dos Órgãos, mas é evidente que é obrigação da Câmara, como não podia deixar de ser, todos envolvidos, todos os Funcionários, todos das Juntas de Freguesias, a ocorrer e dissemos desde a primeira hora em matéria de proteção às vítimas dos incêndios que queremos ser exemplares. E, portanto, desde a primeira hora, desde o apoio que demos aos Bombeiros, Agentes de Proteção Civil, os Funcionários da Câmara, a cooperação com o Centro de Saúde e com a Unidade de Saúde Familiar, o apoio que demos às pessoas deslocadas no Pavilhão Municipal, o acompanhamento que fizemos posteriormente, de imediato, a pessoas, a bens, enterramento dos animais, a limpeza das aldeias como Vila Ruiva e Vale de Madeiros, particularmente Vila Ruiva que foi a mais afetada em termos de imóveis, primeira ajuda em termos agrícolas, a todas as pessoas afetadas que tinham animais, que não tinham comida para lhes dar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Portanto, todo o tipo de apoio, os Escuteiros, que vieram de todo o País, para repor alguma normalidade relativamente a algumas explorações agrícolas, a Câmara Municipal, os Funcionários, a Proteção Civil, os Encarregados, foram incansáveis, dentro do horário de trabalho e fora do horário de trabalho, no sentido de ocorrer a todas essas situações.

Existem, para informação da Câmara, 25 casas afetadas, sendo 13 de primeira habitação, casas essas de primeira habitação que estão, desde a primeira hora, identificadas na CCDRC, que é quem trata da questão da reposição das casas de primeira habitação e, portanto, são pagas a 100%. Estão identificadas as casas.

Foi dado todo o apoio, desde logo, até psicológico, à questão dos familiares do João Paulo, que faleceu. Está a ser dado todo o apoio jurídico à reclamação da compensação do dano vida por parte da Câmara Municipal, com a colaboração da Ordem dos Advogados de Nelas e, portanto, para não haver encargos porque é uma cooperação que a Ordem dos Advogados está a dar à viúva e aos familiares no sentido de ressarcimento deste dano não patrimonial.

Por parte da Câmara foram feitas as candidaturas, que tinham que ser feitas à CCDR, seja de estabilização de emergência da rede primária, da rede secundária, da plantação, da rede ripícola junto aos ribeiros e aos rios, e, portanto, foi já aprovado um financiamento para a Câmara de 350.000,00 euros para essas operações de emergência para os incêndios.

Reclamámos, à beira de um milhão de euros, para danos em infraestruturas municipais, seja sinalização de trânsito, seja de estradas, seja de taludes que é necessário proteger, seja da casa de Vila Ruiva onde está projetado fazer o Centro de Dia e de Apoio Domiciliário, que ardeu também, para sermos compensados desse dano.

E, também, e muito importante, foram constituídas equipas por parte da Câmara Municipal que, desde a primeira hora e viram-nas circular por todo o Concelho, com o apoio das Juntas de Freguesia, a identificarem, ao pormenor, todos os danos que ocorreram em função dos incêndios no sentido de as pessoas estarem preparadas para poderem reclamar no caso de haver ajudas públicas relativamente aos danos.

Como sabem, não vai haver ajudas para tudo aquilo que foi perdido nos fogos florestais. O que vai ser apoiado, tem sido anunciado, nós estamos atentos a isso, para além dos danos de natureza municipal, ou que a Câmara pode reclamar, para investimentos dessa ordem, por sua iniciativa.

Existe o apoio, a 100%, para as primeiras habitações. Existe, também, apoio com financiamento com condições favoráveis para a reconstrução das segundas habitações. Existe até 5.000,00 euros, houve o preenchimento, com regime simplificado, de danos das explorações agrícolas e a Câmara de Nelas teve a funcionar no Município de Nelas e nas Juntas de Freguesia de Santar e de Senhorim, equipas a lançar na plataforma do Ministério da Agricultura os registos dos danos.

Portanto, para além de um milhão e tal mil euros que já estão identificados como prejuízos em primeira habitação e já estão apoiados e confirmados pela CCDR, que é quem gere este apoio, existem também mais de dois milhões de euros de inputs introduzidos pelos Funcionários Municipais e com o apoio das Freguesias que eu referenciei e que foi naquele período até final do mês de novembro, em cerca de 15 dias, de facto, um trabalho espantoso por parte dos Funcionários Municipais e de quem os coordenou. À cabeça desta questão, da coordenação geral dos danos dos incêndios está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

a Senhora Dr.^a Sofia Relvas. Quanto aos danos a Freguesia mais afetada foi a de Senhorim. O que é que ardeu no Município? Sessenta e dois por cento da área florestal. Isso está georreferenciado, está fotografado e cerca de 35% da área total do Concelho, sendo, particularmente, o Vale do Mondego e o Vale do Dão que arderam.

Portanto, registos de danos, o maior número de danos foi na Freguesia de Senhorim, cerca de 35% dos casos, seguida de Nelas, 28% dos casos, estamos a falar do Folhadal, Caldas da Felgueira, Póvoa da Roçada. Santar e Moreira, 17%, aquela encosta do Dão. Canas de Senhorim, 10%, Vale de Madeiros, particularmente. Carvalhal Redondo e Aguieira. Também aquela zona da Póvoa de Santo António. E Lapa do Lobo, 3%. A Freguesia de Vilar Seco apresentou apenas um caso. A Freguesia de Nelas, como já lhe disse, era o Folhadal e Canas de Senhorim, Vale de Madeiros.

No PDR baseia-se na estimativa fornecida, temos consultores a acompanhar, os que acompanhavam a Unidade Empreende. Portanto, estão eles e os Técnicos da Câmara, todos habilitados, desde a Jurista, à Senhora Eng.^a Susana Mesquita, à própria Senhora Dr.^a Sofia Relvas à cabeça, o Senhor Dr. Fernando Silvério.

Temos uma equipa de emergência, criada na Câmara Municipal, no sentido de estar dotada de todas as ferramentas regulamentares e legais no sentido de apoiar a população para conseguir o máximo possível de ajudas.

Portanto, temos 8 casos superiores a 5.000,00 euros, que é o regime simplificado, que deve representar à volta de 100.000,00 euros e que estão a ser lançados ainda, terminou hoje o prazo para serem lançados.

A Câmara Municipal entregou na Quinta da Cale, assinados e confirmados pela Câmara Municipal, 502 candidaturas simplificadas. Foram 502 pessoas que foram atendidas pelos Serviços em 15 dias, 379 de valores superiores a 1.053,00 euros, que era o inicial do regime simplificado e inferior a 5.001,00 euros e 123 com valores até 1.053,00 euros.

Valores, por Freguesia, lançados no regime simplificado: 136.000,00 euros em Canas de Senhorim; Carvalhal Redondo e Aguieira, 212.000,00 euros; Lapa do Lobo, 79.000,00 euros; Nelas, 368.000,00 euros; Santar e Moreira, 481.000,00 euros, Senhorim, 789.000,00 euros e Vilar Seco, 4.360,00 euros; num total de 2.072.000,00 euros, cujo regime simplificado com ajuda da Câmara Municipal, todos estes afetados, que são 454 que podem vir a receber, não sei quando, mas havia a promessa que fosse até ao Natal por depósito na conta. A informação que temos é que eles depois podem vir verificar a natureza dos danos, mas não é necessário repor o potencial produtivo. Não é necessário reconstruir o armazém de apoio agrícola, que foram 143, repor as árvores de fruto que foram 2.391, repor as oliveiras que foram 8.401 e repor as videiras que foram 57.216.

As pessoas vão receber esses apoios sem necessidade de repor esse potencial produtivo, que já não se vai verificar no caso de danos superiores a 5.000,00 euros em que aí acho que tem de haver a reposição mesmo de potencial produtivo.

Portanto, em matéria de soluções, a solução é acudir aos vivos, naturalmente. E agora preparar o futuro. Algumas operações já têm reflexo em termos orçamentais. Mas acho que é necessário fazer muito em termos de prevenção, sendo certo que sabemos, temos a consciência disso, que estes fenómenos da Natureza hão-de sempre ocorrer e quando menos se espera, eu nunca esperei ver o Município de Nelas com falta de água e o de Viseu e o de Mangualde, 150.000 pessoas com risco de falta de água, nem nunca



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

pensei ver um fogo com esta dimensão, que acho que cada um de nós, presentes nesta sala, viu. Mas também acontecem na Califórnia e lá têm o dinheiro todo do mundo e os aviões todos e todos os meios.

Portanto, o que nos cabe fazer, particularmente, e que já se vai verificar na próxima primavera e verão é, ao nível da prevenção, atuarmos e darem-nos os mecanismos. Um deles, que estamos já a preparar na estrutura municipal, é no sentido de que até 15 de março as pessoas são obrigadas a limpar, até 50 metros, a envolvente dos núcleos urbanos e 100 metros nas zonas industriais, senão a Câmara pode limpar, sem mais e enviar a conta. E, portanto, há também até um apoio de crédito criado pelo Orçamento de Estado de 50 milhões de euros. Eram estas explicações que eu queria dar.

Relativamente à informação do Senhor Presidente da Câmara dizer que o que aqui está espelhado no terceiro trimestre, no último trimestre de 2017, era aquilo que estava, no essencial, para além da atividade municipal das podas, da limpeza, do SOS Buraco, era o que estava em andamento e já em concretização, sejam as obras da Endesa, sejam as ETAR,s, sejam as Escolas e, portanto, com empreitadas lançadas, consignadas e que têm o seu prazo de andamento. A Câmara Municipal tem acompanhado essas questões, tem acompanhado também, com toda a seriedade, a evolução da situação financeira da Câmara e, está espelhado no documento que há 4 anos, quando tomámos posse, no anterior Executivo havia refletido na Contabilidade uma dívida total de 15,3 milhões de euros e uma dívida de médio e longo prazo, consolidada nos bancos, de 14,5 milhões de euros e estamos em novembro de 2017, quatro anos depois, com 38% de dívida a menos.

E quero dizer-vos também que, está também na informação do Senhor Presidente da Câmara, com toda a lealdade, fruto daquilo que há para fazer, do desafio que se coloca nos próximos 4 anos e que foram preparados nos 4 anos anteriores, em termos ambientais, com mais de 10 milhões de euros de investimentos, em termos empresariais e de requalificação das zonas empresariais com mais de 4 milhões de investimento, em termos educativos, em termos do famoso Museu do Vinho e do Espaço, agora Centro de Artes do Vinho e do Espaço, de Santar, que já há 400.000,00 euros garantidos, requalificação do Cineteatro, Casa do Frazão, ou recuperação da CUF Quimigal, compra dos Fornos Elétricos, que entendi, como Presidente de Câmara, ao abrigo das prerrogativas que a Lei me dá e que eu pedia a compreensão para que isso fosse apenas considerado e julgado pelos resultados e não apressadamente, por considerações e pré-juízos, entendi, porque há aí estes desafios que se colocam nos próximos 4 anos, rodear o Senhor Presidente da Câmara de três Senhores Vereadores em permanência, que é a Senhora Dr.^a Sofia Relvas com um excelente trabalho de 4 anos, o Senhor Dr. Fernando Silvério e o Senhor Aires dos Santos e também dotar o Gabinete do Senhor Presidente de Câmara com um Gabinete de Apoio Pessoal de dois Adjuntos.

Tendo dois Adjuntos, nos termos da Lei, não vai ter Chefe de Gabinete. Só o poderá ter se deixar de ter um Adjunto e, portanto, creio que, para quem herdou a Câmara com 15,3 milhões de euros de endividamento, com um Plano de Ajustamento Financeiro e de Reestruturação Financeira e que faz um segundo mandato com 38% de abaxamento da dívida, com 22 milhões de euros de investimento, 15 milhões de euros deles apoiados por fundos comunitários, que tem que se dotar mesmo de um Quadro de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Recursos e de Gestão, que lhe permitam, de facto, fazer face ao que queremos que seja para bem de todos, um mandato histórico, 2018-2021.

Muito obrigado Senhor Presidente pela tolerância.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Deputado Rui Costa, faça favor. Tem três minutos.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Muito obrigado Senhor Presidente pelo esclarecimento que fez, exaustivo sobre, tanto a situação dos fogos florestais e do levantamento que eu solicitei à Câmara Municipal.

Depois, a pequena dúvida, ou a grande dúvida que traz aqui. Esclareceu um pouco na parte final e eu vou ter que reformular um bocado a dúvida que tinha, que era a composição desta Câmara Municipal, porque estamos a começar o mandato. Anteriormente, o Executivo liderado pelo Senhor Presidente, veio a esta casa com uma bandeira muito forte, que tinha banido toda a situação política da Câmara Municipal anterior, ficando só com o Presidente da Câmara, dois Vereadores a Tempo Inteiro e que, com isso, conseguia reduzir a dívida.

Os meus parabéns, Senhor Presidente, conseguiu. Segundo disse a esta casa, 38% de redução de dívida. Agora, pergunto, como se reduziu a dívida, então há que fazer ao que se fez anteriormente. Em vez de três, Presidente e dois Vereadores, temos Presidente e três Vereadores.

Além disso, muito foi falado nesta sala, por agentes políticos, etc., que se gastava muito dinheiro politicamente. Há que meter mais dois Adjuntos. Muito bem.

Senhor Presidente, quer acabar o seu mandato com a dívida que recebeu de há 4 anos? Ou quer manter, manter uma redução de dívida e que o Concelho perdue, perdue com uma política sustentável, economicamente estável, ou não?

Se apregooou nesta sala que o problema era este, então hoje disse-o a esta sala que está a meter outro problema. Eu gostaria que esclarecesse porque é assim: já que reduziu, há que fazer, sim senhora. Acredito que também, segundo nos mostrou aqui há uns tempos atrás, com 30 milhões de euros de investimento que tem, 22?

Muito obrigado pela correção, 22 milhões de euros de investimento que tem para os próximos tempos, portanto, tem que se rodear, mas também se rodeou, não só de políticos anteriormente, mas sim fez as parcerias, que nós todos sabemos, privadas, que o levou a conseguir, se calhar, redução de dívida. Vai fazer o contrário? Eliminar as parcerias que fez anteriormente em detrimento dos políticos que tem ao seu redor? E que, atenção, não tem nada a ver com as pessoas em causa, mas sim com o tipo de atuação.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Presidente, quer responder?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só um pequeno esclarecimento. Muito obrigado.

Volto a reafirmar, Rui Costa, é o seguinte: É o que se chama, no Direito, uma alteração das circunstâncias superveniente.

Em 2013, quando eu assumi esse compromisso que, curiosamente, agora não se encontra aqui nestes panfletos que costumo trazer sempre, que é o que nos ilumina em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

termos de ação política, em 2013 os resultados que foram alcançados pela Coligação PSD/CDS que governou a Câmara nos 8 anos anteriores, foi deixarem ao Executivo que veio a seguir, apesar de terem Presidente e mais 4 Vereadores em permanência, Chefe de Gabinete, Adjunto, Secretária e Pessoal Político dos Vereadores. Hoje insistiram comigo, que é da competência dos Senhores Vereadores nomearem Pessoal Político. Não é. O artigo 43.º, n.º 4, diz que: Os Membros do Gabinete de Apoio à Presidência e à Vereação são designados e exonerados pelo Presidente da Câmara.

Já era assim na Lei anterior e era um absurdo que fosse doutra maneira. Era um absurdo que os Vereadores tivessem, não é por ser este Presidente, qualquer Presidente, esse poder.

E os resultados que esse legado de mais de 300.000,00 euros de Pessoal Político em 2010, 2011 e 2012, tenho os números e por acaso até nem os trouxe e ainda bem, muito próximo dos 400.000,00 euros, por ano, de 2010 a 2013, foi que entregaram a este Presidente de Câmara e ao Partido Socialista, uma Câmara acompanhada pela Direção Geral das Autarquias Locais, obrigada a apresentar um Orçamento previamente à aprovação nos Órgãos próprios. Portanto, foi uma democracia castrada, que nove políticos fizeram à Câmara Municipal durante aqueles, particularmente, o período de 2010 a 2013.

E, recurso a fundos comunitários, eu posso-lhe dizer que foram 6 milhões de euros de investimento, 4 milhões de euros apoiados e nós, em quatro anos, já são 22 milhões de euros, 15 milhões de euros apoiados.

E, portanto, quer dizer, não há nada. E, há, não sei a que parcerias privadas se refere, mas se se refere às parcerias privadas de Consultores externos da Câmara, que garantiram o nível de execução e de aprovação de financiamento comunitário para obras, absolutamente, inquestionáveis. Não vejo o Rui Costa a questioná-las.

Quem fez candidaturas e projetos para ETAR,s, para Escolas, para as áreas de acolhimento empresarial? Não é, tem que ser pago, deve ser pago a peso de ouro.

Portanto, eu vou-lhe dizer que a Câmara, nos próximos 4 anos, já disse hoje na reunião de Câmara e, portanto, é natural que tenha esse temor de ânimo porque, se calhar hoje, que se arrepende e presumo que estas intervenções do Rui Costa são minha culpa, minha grande culpa, que é sentado nessa bancada, permitiu que, durante esses 4 anos, a Câmara chegasse ao descalabro a que chegou.

Agora, eu acho que o Governo, o Executivo PSD/CDS é para nós, é para mim um grande e bom exemplo da maneira como fizeram as coisas e que não devem ser feitas, que é enxamearem a Câmara de Pessoal Político. Jurei no fim de 2013, foi esse o meu juramento, pessoal e político. Nomeações políticas distritais que vieram aqui para a Câmara de Nelas e, toda a gente sabe de que é que eu estou a falar. Hoje o que há é o meio-termo, entre aquilo que eu disse em 2013, em que houve, de facto, um compromisso, porque houve pessoas já na Câmara que ganharam as eleições e depois nomearam quem quiseram, e porque é um direito do Presidente de Câmara, está aqui escrito na Lei, artigo 43.º, estão aqui os artigos da Lei n.º 75/2013 que refere que é competência do Presidente da Câmara a nomeação. E já muitos ganharam a Câmara e encheram o Gabinete de gente.

Todos os meus Colegas, Presidentes de Câmara, têm o Gabinete cheio de gente. E, portanto, o que há aqui é um compromisso entre a sustentabilidade financeira da Câmara e, de facto, a necessidade da Câmara. E eu acho que, por isso é que eu vos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

pedi há pouquinho, admito todo o julgamento mais lá para a frente quando virem que os Senhores Vereadores e hoje até o quarto já foi elogiado por alguns de vós e ainda bem, que é o Senhor Aires dos Santos, pelas iniciativas que tomou e, portanto, também os Adjuntos, no setor da atividade em que estão a apoiar o Presidente da Câmara, me digam, daqui a um ano, ou dois anos, ou três, o Senhor tem tudo aquilo que diz que precisava e isto é o que eu preciso, e não atingiu os resultados que foram prometidos, ou que na ótica da prossecução do interesse das populações, devia ter atingido.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Uma vez que mais ninguém está inscrito vou passar ao ponto 2.2 – Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 26.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Regimento da Assembleia Municipal.

O Regimento da Assembleia Municipal foi revisto pela Mesa da Assembleia com base no Regimento que estava em vigor e que está em vigor até ser aprovado novo, da Assembleia de 2013 a 2017.

Tem apenas duas alterações: No artigo 36.º, que é a forma de votação. A forma de votação estava ambígua e estava contra a Lei. Portanto, neste momento, uniformizámos, de acordo com a Lei que diz: A votação é nominal, salvo se o Órgão deliberar, por proposta de qualquer membro, outra forma de votação. Que a forma usual de fazer a votação nominal, por braço no ar.

Havia uma confusão entre votação nominal e de braço no ar quando, de facto, o braço no ar é apenas uma das formas de votação nominal. Pode ser levantados e sentados, pode ser verbal, mas a forma usual é esta. Portanto, isso foi reformulado.

E, depois, de acordo com a Lei, também o ponto 3 que dizia que as deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos, ou de qualidades de qualquer pessoa são tomadas por escrutínio secreto e, em caso de dúvida, o Órgão delibera sobre a forma de votação. Portanto, sempre que haja dúvida perguntarei ao Órgão se é de braço no ar, ou se vamos votar por escrutínio secreto. Este é um ponto que foi alterado. Tudo o resto se mantém.

E o artigo 40.º, ponto 1, que são as atas. O anterior dizia que as atas tinham que conter tudo o que se tivesse dito na Assembleia. A Lei não diz isso. A Lei diz que: De cada sessão, ou reunião é lavrada ata, a qual contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado. E, agora continua o mesmo, e que resulte da gravação com as correções linguísticas. Isto está tudo igual. Só substituí, na íntegra, por um resumo do que de essencial nela se tiver passado. É assim que está na Lei. Portanto, neste momento, deixa de contrariar a Lei n.º 75/2013.

Com estas duas alterações, eu pergunto, se alguém quer usar da palavra neste ponto? Se ninguém quer usar da palavra neste ponto, vou pô-lo à votação e pergunto: Quem vota contra o Regimento? Quem se abstém? Uma abstenção, do Senhor Deputado Manuel Henriques e 25 votos a favor. Temos que aprovar em minuta.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.2 – Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 26.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Regimento da Assembleia Municipal, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 25 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Ora passamos ao ponto 2.3 – Aprovação das Propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano 2018.

O Senhor Presidente quer introduzir este ponto? Aconselho 10 minutos, se for possível, está bem? Agradecia. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Câmara:

A proposta de Orçamento foi enviada e tem, no essencial, no enquadramento orçamental as opções políticas que, de alguma maneira, foram tomadas no mandato anterior, mas que neste são uma inevitabilidade.

Foi dado início a uma série de infraestruturas, absolutamente, essenciais para o Município de Nelas que neste mandato não podem deixar de ser continuadas e falo, naturalmente, quer, particularmente, das infraestruturas a nível ambiental, mas falo também do percurso que foi seguido em termos financeiros, e que também está refletido na evolução do endividamento que vem nos documentos que estão aqui patentes.

De realçar apenas que procurámos, na medida do possível, ouvir, ainda que conhecêssemos da refrega eleitoral recente, há menos de quatro meses, três meses, as propostas políticas das diversas forças políticas que concorreram às eleições no dia 1 de outubro, mas não deixámos de ouvir também os partidos políticos representados, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, os Senhores Presidentes de Junta relativamente às iniciativas que no curto prazo, 2018 e no médio prazo, quisessem tomar, ou promover, relativamente a cada uma das Autarquias.

Portanto, queria realçar que esta proposta de Orçamento contempla aquilo que eu tenho que presumir como consentimento de todas as pessoas que se preocupam com a sustentabilidade, quer das finanças municipais, quer do desenvolvimento económico e social e, portanto, desde logo um dos grandes compromissos em termos, e que é um facto histórico, que os Autarcas do mandato anterior e também deste, ficarão, naturalmente, em termos, historicamente, ligados, que é a questão da baixa do IMI para o mínimo.

E, portanto, não procurei essa informação, mas pelo tempo que tenho de Autarca, desde os anos ainda do início dos anos 90 e, particularmente, desde a reavaliação dos imóveis, que resultou do Código do IMI, nunca o Município de Nelas teve a taxa de IMI mínimo.

E, portanto, isso deve-se por dois motivos: Por um lado, o extremo esforço fiscal que as pessoas, as famílias e as empresas fizeram no sentido de ajustarmos as finanças municipais neste mandato anterior. Mas também se deve, particularmente, a instrumentos de política económica de input económico por parte da Câmara Municipal no sentido de ver, de dar condições no Município de Nelas, em termos concorrenciais relativamente aos Municípios vizinhos, no sentido de sermos competitivos, do ponto de vista do arrendamento, do ponto de vista da construção, do ponto de vista da venda de imóveis, sabendo o efeito multiplicador importante da construção civil e, portanto, não há nada no Município de Nelas, hoje, ou a partir de 2018, que permita que se diga que não somos, em termos económicos, também nesta área, absolutamente concorrenciais com todos os Municípios.

Implica uma quebra de receita direta que nós estimamos no valor a rondar os 600.000,00 euros, mas, em termos de receitas próprias do Município, além dessa também há outras, há mais 200.000,00 euros, que podem reparar no Orçamento, que em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

termos de receitas correntes, receitas próprias, impostos diretos da Câmara Municipal, há uma quebra equivalente a 800.000,00 euros.

E, portanto, com este elemento histórico de baixarmos o IMI para o mínimo, como esta Assembleia deliberou, aliás, em agosto, conseguimos também fazer um nível histórico de investimento, promover um nível histórico de investimento, que está dotado da receita necessária para fazer face a esse nível de investimento que se projeta para o Concelho.

E estou a falar nos investimentos que resultam das obrigações contratadas com o PT 2020 e que não podem deixar de ser feitos. Eu relembro à Assembleia que a construção da ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor, que resolve o problema dos efluentes de toda a Freguesia de Nelas e das Zonas Industriais custa 4,3 milhões de euros.

A ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor só está financiada em 85% de 75% da obra, o que significa que é um valor a rondar os 73,75, creio que é mesmo essa a percentagem. Todo o resto é comparticipação municipal.

Lembro também as três Escolas, Vilar Seco, Carvalhal Redondo e Santar, que temos um financiamento de 160.000,00 euros do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial, assinado com a CIM Viseu Dão Lafões e para um volume de investimento de 450.000,00 euros. E mesmo as 6 ETAR,s de Freguesia têm necessidade da comparticipação municipal de 15%.

Portanto, existe um volume de investimento com contratos assinados para conclusão em 2018, que não pode deixar de ser e, portanto sendo assim, a Câmara tem de recorrer obrigatoriamente e vai ser trazido aos Órgãos Autárquicos próprios em janeiro, e à Assembleia Municipal, sendo caso disso, naturalmente, e havendo autos de medição que comprovam que as obras particularmente do PT 2020, estão a andar ao ritmo que é necessário, o recurso, não podemos deixar de fazer investimento, ainda por cima apoiado em percentagens elevadas, se temos recurso da capacidade de endividamento.

Portanto, é uma hipótese que não se pode excluir durante o ano de 2018 e evidentemente exclusivamente direcionado para bens de investimento, que é para isso que servem os empréstimos de médio e longo prazo. Felizmente, na segunda parte do Quadro Comunitário temos já restaurada a capacidade de endividamento.

Dizer-vos que por isso, cumprindo-se, como tem sido o nível de execução das receitas correntes nos últimos anos andamos sempre à volta de próximo dos 100% de execução das receitas correntes. Das receitas de capital não se executa em grande parte, não se vem executando nos últimos anos aquilo que se lança em função das receitas do PT 2020 mas, fruto da contratualização de obras, como as ditas ETAR,s, 7 e Sistema Intercetor, obrigatoriamente em 2018 isso vai ter que ser consignado.

Dizer que o valor maior deste Orçamento Municipal e que eu queria deixar ali enaltecido, o maior valor deste Orçamento Municipal é, de facto, a recuperação da nossa autonomia administrativa e financeira.

Quem estima muito a autonomia administrativa e financeira da Câmara não pode deixar de considerar, num ano como 2018 em que estamos livres de limite de endividamento, nós, para fazermos investimento ao nível do PT 2020 tínhamos que pedir autorização. Para aprovar nesta Assembleia o Orçamento Municipal, que hoje



vamos discutir e aprovar, tínhamos que pedir parecer prévio à Direção Geral das Autarquias Locais.

Nós tínhamos que apresentar relatórios trimestrais, que foi o que fizemos nos últimos 4 anos, a ser controlados, rubrica por rubrica, se a Câmara de Nelas cumpria, ou não, aquilo que se obrigou por deliberação de outubro de 2012, que era a fazer um Plano de Reestruturação e Ajustamento Financeiro.

E, portanto, eu creio que o bem maior deste Orçamento é, de facto, permitir que alguém que tenha merecido a confiança maioritária dos Eleitores no dia 1 de outubro, possa gerir a Câmara com toda a liberdade e também seriedade, no sentido de ser julgado daqui a 3 anos, e este é um Orçamento, como eu disse, o primeiro capítulo dos próximos 4 capítulos.

E assim deve ser entendido sempre com esta convicção que eu vos deixo com esta seriedade e que o Senhor Deputado Rui Costa lembrou aqui em termos de falta de equilíbrio e alertou bem, porque não é pelo facto da Câmara ter uma situação financeira melhor agora, ainda assim, fruto dos compromissos de investimento a que tem que fazer face e fruto do compromisso intergeracional que não perdemos de vista, nós queremos deixar a Câmara muito melhor do que aquilo que a encontrámos, quer em termos de infraestruturas materiais e imateriais, quer em termos financeiro.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Ora, depois de apresentado, em linhas gerais, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2018, perguntava à Assembleia, se alguém quer usar da palavra neste ponto? Manuel Henriques, Sousa. Mais ninguém? Agradecia que alguém que se queira inscrever que se inscrevesse agora.

Ora, então, Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor. Agradecia que não demorasse mais de 5 minutos, se fosse possível.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente, vou tentar ser breve nalgumas considerações que já foram extensas, que foram inteligíveis por parte do Senhor Presidente da Câmara.

Em primeiro lugar dizer que percebo a ideia de que este Orçamento é um Orçamento para ser julgado em 4 anos. O volume de investimentos que se está a prever dá essa ideia, mas o Executivo tem de perceber que o nosso julgamento é um julgamento anual, necessariamente, e não podemos dar esse crédito político, não nos compete a nós dar esse crédito político.

Depois, sobre o crédito político importa dizer duas coisas: Sobre a visão do Senhor Presidente e da alteração de circunstâncias, eu compreendo, mas toda a gente sabe no Concelho de Nelas que o programa político dos últimos 4 anos assentava numa luta determinada contra um determinado modo de fazer as coisas e que agora, no fundo, regressa numa coisa mais personalizada à maneira do Dr. Borges da Silva e do Partido Socialista.

Por outro lado, e como as palavras leva-as o vento, eu estive ontem a recuperar o que se disse aqui há 4 anos nesta Assembleia Municipal e o Líder de Bancada do PS, na altura, o Senhor Deputado Sousa, dizia alguma coisa deste tipo: Esta dívida que herdo do Dr. Manuel Marques e da Dr.^a Isaura Pedro, é uma dívida que nos vai perseguir nos próximos 20 anos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Ora, podemos concluir, face à apresentação do Senhor Presidente, que, provavelmente, o Senhor Deputado Sousa não sabia minimamente o que estava a falar e usava esta contundência apenas e só para metralhar os adversários, mas sem substância e de uma forma, um bocadinho, irrealista.

Sobre o Orçamento, três, ou quatro notas muito rápidas. Vamos aguardar para ver a sua execução. Pessoalmente, como tenho alguma experiência de gestão, também lhe posso dizer que me preocupa a redução de receita corrente da Câmara fruto dos impostos reduzidos e subsequentemente o aumento da despesa com o plano de investimentos que está em curso. Preocupa-me, igualmente, o aumento de custos com Pessoal.

Vamos ficar cá para ver, mas, efetivamente, são dois indicadores de sentido contrário que, normalmente não estão associados a uma boa gestão financeira. Se for diferente cá estaremos para dar a mão à palmatória daqui por um ano.

Por outro lado, importa dizer que não vejo neste Orçamento algumas rubricas que são convicção dos Eleitos do CDS/PP nomeadamente na área social.

Entristece-me que o projeto do Lar de Carvalhal Redondo não tenha a concretização que nós gostaríamos de ver. Está também por dar um grande estímulo ao Centro de Dia de Senhorim, que falou há pouco.

Sobre os outros projetos, relativamente à renovação do Cineteatro, relativamente à Casa do Frazão, vamos esperar para ver.

Por outro lado, o que não me permite votar favoravelmente este Orçamento, com toda a certeza, é alguma insensibilidade. Fomos todos aqui unânimes, despolitizados até, na questão dos incêndios. Houve uma proposta dos Vereadores da Oposição, proposta do Senhor Vereador Dr. Joaquim Amaral, mas subscrita pelo Senhor Dr. Manuel Marques, que visava isentar os edifícios destinados a primeira, ou segunda habitação, de atividade económica e os prédios rústicos, destruídos, ou gravemente danificados, do pagamento do Imposto Municipal de Imóveis.

Eu penso que os valores eram perfeitamente enquadráveis neste Orçamento e fico com pena de não se ter dado este sinal às pessoas que a Câmara está cá presente para ajudar de forma solidária.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Sousa, faça favor. Agradeço que também não ultrapasse 5 minutos.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Menos do que isso.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados.

Relativamente ao Orçamento e ao Plano e para dizer de que consideramos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que cumpre o programa apresentado ao eleitorado. Não está ainda completo, como é lógico, ainda é um Orçamento para um ano e o programa que foi apresentado foi para 4 e, por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar favoravelmente.

Só fazer aqui uma pequena alusão ao que foi aqui acabado de dizer. Essa coisa de trazer frases fora do contexto já é velho e já cheira a mofo. E, realmente, é um facto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

aquilo que eu disse na altura é um facto, que era por 20 anos, que era por 20 anos que estava lá no contrato assinado. Era e é.

Se quiser que eu lhe traga uma copiazinha do contrato. Que devia começar por aí, pelas cópias do contrato. Já que sabe alguma coisa de gestão começasse por estudar os contratos, dos empréstimos, dos apoios, isso tudo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Mais alguém quer usar da palavra? Senhor Presidente? Faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

Obrigado Senhor Presidente, mas só, em complemento do que o Senhor Sousa disse e há 4 anos, bom, se me é permitido também eu começar a trazer os documentos e o que cada um disse nos últimos 4 e 8 anos, eu sigo também essa Escola e acho que há muita coisa para escrever, ou nem por isso.

Mas é verdade o que o Senhor Sousa diz porque o Senhor Deputado Manuel Henriques tem na sua posse, neste Orçamento, o peso da amortização da dívida de médio e longo prazo, não sei se reparou, que são 1.037.000,00 euros por ano que a Câmara tem que entregar aos bancos para pagar despesa corrente do período de 2006, 2013.

Não foi despesa de investimento corrente. A Câmara chegou a passar, vá ver os documentos também, Senhor Deputado, a Câmara chegou a passar com dívida a fornecedores de 6 milhões de euros por ano, 6 milhões de euros.

Portanto, se for lá ver o que lá está escrito é precisamente isso. Ainda hoje estamos a pagar, fruto dos políticos de 400.000,00 euros, cujos resultados foram catastróficos, da falta de investimento, da falta de recurso ao QREN, na altura, ainda hoje estamos a pagar um milhão de euros por ano, mais, que também pode ver nos papéis, mais quase 250.000,00 euros de juros, que se não fosse a Câmara anterior a renegociar os empréstimos, não eram 250.000,00 euros, eram 400.000,00 euros, ou 500.000,00 euros, porque aceitámos a taxa de juro. A Câmara, aceitou a taxa de juro que os bancos quiseram impor em 2013, não foi antes, foi em 2013, com taxas de juro de 10% totais.

Portanto, o que o Senhor Sousa disse há 4 anos disse bem. E sabe que, por via das regras orçamentais, por via da Lei das Finanças Locais, a regra do equilíbrio orçamental é assim, que eu já falei nela hoje e que é importante, até para manter alguma sustentabilidade financeira da Câmara, que é: a despesa corrente, acrescida das amortizações de médio e longo prazo não podem ser superiores à receita corrente bruta.

Portanto, nós poderíamos investir mais um milhão de euros, ou 500.000,00 euros, no Lar de Carvalhal Redondo, por exemplo, se não estivéssemos que estar a pagar ainda 9,5 milhões de euros de dívida de médio e longo prazo, herdada de consolidação de despesa corrente em despesa de capital no ano de 2012, em desgraça.

Portanto, o nível de investimento e de Pessoal, Senhor Deputado, temos que dizer, porque é que está, evidentemente, eu tenho que lhe confessar também e a todos e fica escrito, eu também não sou apologista de grande, já disse hoje na reunião de Câmara, de grande aumento das despesas com Pessoal porque é uma despesa estrutural que nenhum Executivo, no futuro, como eu nos últimos 4 anos, lhe podemos mexer, a não ser por reforma dos trabalhadores. E, nós passámos de 210 trabalhadores para 164,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

ou 166, mais os Professores das AEC,s é uma despesa estruturalizada que eu não comungo.

Mas, neste Orçamento, os 300.000,00 euros, ou 400.000,00 euros, servem para fazer duas coisas em que estamos todos de acordo e essas duas coisas depois têm nomes de pessoas lá. Servem para regularizar 17 precários que a Câmara PSD/CDS fez, porque a Câmara PSD/CDS chegou a ter um Quadro de Pessoal de 330 pessoas e num ano, ou dois, mandou 100 para a rua. E outras ficaram lá com prestações de serviços, POC,s, e etc. e que hoje, por via deste aumento dos encargos com o Pessoal, estamos a transferir situações de precariedade. Como sabe, houve essa situação de integração de quadros da Administração Pública que vai ser adaptado à Administração Local, não sabemos ainda com que regras, veremos.

E também acomodamos ainda aquilo que é uma grande aspiração de todos, da civilização e também do descongelamento das carreiras da Administração Pública, que é essencial para a valorização, para a motivação dos Funcionários Públicos e dos Funcionários da Câmara.

Não podemos é, e concluo Senhor Presidente, com o devido respeito, para além da questão das despesas sociais, às quais também sou sensível, mas que tem duas componentes, Senhor Deputado, que é construir um Lar e depois sustentar um Lar com um protocolo com a Segurança Social. E, como sabe, foi aberto agora um Aviso, ou a CCDDR consultou as entidades para a abertura de um Aviso, para obras em IPSS,s e Entidades Sociais para melhoria e alargamento e não para novas ofertas.

Tudo faremos, na reprogramação dos Quadros Comunitários para que ofertas como o Lar de Carvalhal Redondo, o Centro de Dia de Vila Ruiva, o Apoio Domiciliário, o Centro Social da Vila, Canas de Senhorim, no âmbito da deficiência e até o apoio que for necessário para o Lar da Santa Casa da Misericórdia, de Santar, que também não está contratualizado com a Segurança Social, essas ofertas sejam garantidas.

Relativamente ao resto e o argumento essencial de que tomou nota, a questão da isenção das primeiras habitações e dos prédios rústicos, com o devido respeito, acho que em matéria de sensibilidade social alargada e em matéria de carácter multiplicador de investimento para o futuro, uma redução, desde o início do mandato do Partido Socialista em 2013, para o ano de 2018, de 40% na taxa de IMI, Senhor Deputado, 40% da redução da taxa, porque quando nós entrámos era 0,5%, agora, vai passar para 0,3%.

E a consequência de uma casa de primeira habitação, que são, como eu lhe referenciei, 13, vão ser completamente reconstruídas com dinheiro público. Depois a outra implicação, que era nos prédios rústicos e a receita dos prédios é absolutamente residual. Não ouço ninguém queixar-se por causa do IMI que paga dos prédios rústicos, ou pouca gente. Ouço mais é pelos prédios urbanos.

E, portanto, achamos que em matéria de sensibilidade social um abaixamento do IMI com o impacto de 600.000,00 euros é muito mais que suficiente para qualquer gesto simbólico, que outro carácter não tem que ser meramente simbólico.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Senhora Deputada Maria João, faça favor. Faça-lhe o mesmo pedido que fiz aos outros, três minutitos, se for possível.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Colegas Deputados,
Senhoras Secretárias,

Enfim, todos os que se encontram aqui.

Em relação à intenção de voto do Grupo do PSD a nossa intenção vai ser de abstenção. A razão tem a ver, efetivamente, como disse, em 1 de outubro houve eleições em que a maioria das pessoas, efetivamente, enfim, deu os votos a este Executivo.

E, portanto, foi muito recente e entendemos que o que está plasmado no Orçamento, no essencial é o programa de facto do PS, sim, e não só para este ano, mas para os 4 anos. Mas, de facto, está consagrado. E nesse sentido também estão lá consagradas medidas e propostas do nosso Grupo Parlamentar e, portanto, a nossa intenção, nesse sentido, vai ser de abstenção.

Sendo também que aqui foi dito pelo Senhor Presidente e isto em relação, no caso dos Vereadores e Adjuntos, enfim e às pessoas que vão estar na Câmara que, efetivamente, vão ser necessárias e sim, nós vamos cá estar para ver, com certeza que sim, vamos também cá estar para acompanhar isso, como pediu.

No entanto, eu fiquei com uma dúvida em relação ao que disse, que nos anteriores 4 anos, portanto, 2009/2013, foi o que foi, houve aumento de dívida, já foi reduzida. Existe nos números que, de facto, apresentam. Isso tudo foi conseguido com bastante eficiência, pelo menos, com menor número de pessoas.

Por isso, não entendemos porque é que, então agora nestes próximos 4 anos, não se continua nessa eficiência e, portanto, se, inclusivamente, já se reduziu a dívida, mais, porque é que, realmente, é preciso mais gente? Honestamente, não percebemos. Mas, como disse e repito, estaremos cá para ver. No entanto, também estão 400.000,00 euros a mais em termos de Orçamento para custos para Pessoal. Também disse aqui que é para integração de cerca de 17 pessoas para o ano. Mas isso, de facto, não chegará, de certeza, a 400.000,00 euros. E esta é uma das razões também porque nos iremos, enfim, abster e não concordar com o vosso Orçamento.

Em relação ao IMI, enfim, foi o que foi. Realmente, todos gostamos que baixe. No entanto, também não podemos esquecer que é um imposto de proprietários. Enfim, poderia, eventualmente, ser utilizado como uma medida de incentivo, se calhar, de uma medida mais estruturada, uma medida, de facto, mais estruturada que, de alguma forma pudesse ser utilizada como instrumento para incentivar requalificações, nomeadamente, prédios antigos. Enfim, é algo que entendemos que, eventualmente, poderia ser estudado.

Nesse caso, estamos a falar de IMI para proprietários. No entanto, também estamos a falar de derrama que se mantém no máximo, o que também não concordamos e, inclusivamente, também em termos de taxa de IRS.

Estas são as questões que vemos, principais, neste Orçamento, pela parte boa e pela parte menos boa, em termos médios, iremos para a abstenção.

Já agora, só mais meio minuto, ou um minuto. Em relação só aos incêndios e em relação à questão da água. Aqui, se possível, dentro do que foi falado também com o Senhor Presidente em relação ao que vai ser feito, eu não sei se será possível especificar mais. Eu, pelo menos, por mim, falo, em termos de medidas mais em concreto em termos de incêndios que, em parte também estão a ser executadas noutras Câmaras e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

falo, inclusivamente, ao nível da prevenção. O que é que, concretamente, para 2018 está previsto? Se é que possível sabermos, o que é que, enfim, estará aí no Orçamento, mas mais especificados.

E, ainda em relação à questão da água, realmente, está aí 2018 à porta, melhor dito, está aí um verão à porta, a chuva teima em não vir, eu gostaria de saber, tudo bem, que sim senhor, está mais e há conversações a nível das 4 Câmaras, sei que sim, há projetos que também estão a estudar, mas, nomeadamente, para 2018, inclusivamente, fala-se no desassoreamento da Barragem de Fagilde. Se isso é alguma coisa que está em estudo, que vai ajudar.

E, por fim, para terminar, outras medidas que, eventualmente, estejam consagradas, ou pensadas, até de sensibilização das populações. E não só, também de meios até de edifícios novos para, obrigatoriedade de captações de água.

Pronto. Muito obrigada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhora Deputada. Senhor Presidente da Câmara faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só um esclarecimento aqui à Senhora Deputada, senão depois vai dizer que é por culpa do Senhor Presidente da Câmara. Só um minuto, está bem?

Em matéria de prevenção de fogos florestais, todas as iniciativas que disse e mais algumas. Portanto, já tem expressão orçamental, algumas delas já aprovadas como essa estabilização de emergência. Nós candidatámos na Câmara anterior, à rede primária, à rede secundária, como sabe. A rede primária é uma faixa de 150 metros e a rede secundária é a limpeza das estradas e caminhos, 10 metros para cada lado. Vamos melhorar caminhos agrícolas e florestais. Vamos fazer a tal rede primária. Já há investimento para isso.

Relativamente à sensibilização, como temos feito nos anos anteriores, vamos também intensificar as ações de sensibilização, sendo certo que com o mecanismo, que nós temos feito todos os anos, em maio, temos o Conselho Municipal de Segurança e o Conselho Municipal de Proteção Civil, que institui uma série de medidas de prevenção, das quais temos feito nos últimos 3 anos, que é, durante o mês de maio fazer ação de sensibilização nas feiras, na saída das missas, nas escolas, todos os Agentes, Câmara Municipal, GNR, Bombeiros, todos os Agentes.

Mas vamos tomar mais medidas concretas. A ideia que temos, relativamente à proteção das zonas industriais, estamos a identificar todos os proprietários, num raio de 100 metros, das zonas empresariais, cadastro mesmo, no sentido até da Câmara fazer propostas de compra, quer para expansão das zonas empresariais, que é necessário, por exemplo, a Zona Industrial 1, nós temos 4 milhões de euros para investimento e temos a possibilidade de criar mais 33 lotes de terreno. Grande parte dele já é propriedade da Câmara, mas muito outro precisamos de comprar e vamos instituir mesmo, relativamente às zonas industriais, aumentar o corredor de segurança e de defesa contra incêndios. E na malha urbana, com aquela medida que disse, que está inscrita já em Orçamento de Estado, que é uma linha de crédito para as Câmaras, que o proprietário não limpa, a Câmara, a partir do dia 15 de março, tem autorização para limpar e imputar os custos ao proprietário.

E muitas outras questões, também com a colaboração estreita dos Bombeiros e da GNR, vão ser levadas a efeito. É uma oportunidade, nas zonas ardidadas históricas, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

reflorestação, a prevenção contra incêndios, as famosas quadriculas, o alargamento e pavimentação de alguns caminhos estruturantes que também temos em Programa nestes 4 anos. Não pode ser feito tudo este ano. Mas queremos fazer um eixo estruturante de caminhos agrícolas e florestais alcatroados.

Em matéria de água, para informação da Assembleia, existe, também está inscrito em termos de Orçamento.

Nós temos um Aviso-Convite do PO SEUR, que foi publicado em 7 de abril, para investimentos, com um incentivo de 1,5 milhões de euros, FEDER e uma candidatura que está pronta a ser apresentada, é de 1.200.000,00 euros, perto de 1.300.000,00 euros num novo reservatório de água, em Nelas, de 4.000 m³, porque um dos problemas graves que existem em Nelas é que temos apenas capacidade do elevado de Nelas de 300 m³, e o elevado de Algerás de 700 m³, e que não está disponível para toda a rede, só para parte e nem sempre tem os 700 m³ utilizáveis.

E, portanto, nós temos uma autonomia de 6 horas para o consumo que temos no Município que ronda os 3.000 m³ a 4.000 m³, por dia, sendo que há empresas que consomem no mínimo 1.000 m³. Vamos fazer um reservatório de 4.000 m³ que nos dá uma autonomia para um dia e meio, com telegestão.

Pode haver necessidade de algum investimento por parte da Câmara e, portanto, tudo informatizado no sentido de fazermos a gestão da água, não com 10 pessoas e com os sistemas que toda a gente conhece, mais precários de há décadas, como fazemos hoje e absolutamente dependentes, ainda por cima de um único abastecimento de água, de uma fonte que é Fagilde. Vamos aumentar a capacidade de armazenagem.

Depois, estamos também a fazer um Programa no sentido do aproveitamento da água das ETAR,s, reaproveitamento da água das ETAR,s. Vamos ter a sair na ETAR de Nelas III, a partir de novembro, esperamos que a partir do ano de 2018. Peço perdão de estar a dar esta especificação, mas a Senhora Deputada Maria João não podia deixar de levar estas informações, que não as tinha. Portanto, vamos fazer um estudo para reaproveitamento da água das ETAR,s, que sai com os valores limites de emissão para o meio hídrico legalmente aceitáveis, portanto, é pena que não se aproveite para açudes, para combate a incêndios, para aproveitamento agrícola. Estamos a fazer esse estudo.

Mas estamos a utilizar todo o tipo de fontes a que podemos recorrer. Temos outras fontes no Concelho de muita água, que todos conhecem, mas que não podem ser utilizados. A água da Cominalta, que não pode ser utilizada. A água da Urgeiriça não pode ser utilizada, nem para fins industriais, por razões que todos conhecemos da envolvente granítica da Região.

Portanto, estamos a arranjar alternativas de fontes de abastecimento de água, seja, por um lado, com a adesão ao processo da Maeira, da construção de uma grande barragem no Rio Vouga, mas que tem um horizonte de construção de 10 anos, onde estamos com mais 7 Municípios. É quatro vezes mais a Barragem de Fagilde, que permitia aumentar os recursos hídricos aqui da Região. Mas, por outro lado, temos já orçamento para construir uma solução de abastecimento próprio para o Município de Nelas e que apresentámos ao Governo.

Evidentemente que é cara, carota, que é uma captação de água no Rio Dão, que já está neste momento montada. As Águas de Portugal - Águas do Norte já montaram



uma captação no Rio Dão, que permite trazer toda a água que o Município de Nelas pode consumir diariamente, que são 4.000 m³.

Está já lá montada. Está apta a entrar em funcionamento para levar a água dali para a Estação de Tratamento de Fagilde. Evidentemente está tudo preparado, mas suspendeu-se agora um bocadinho. Mas a solução para trazer a água de Fagilde, fazer lá uma estação de bombagem, uma ETA aqui em Nelas no tal reservatório que já temos negociado com o proprietário para nos ceder o terreno necessário para construir esse tal depósito, que custa 2 milhões de euros, fazer uma captação própria no Rio Dão.

E, portanto, vamos ver se há agora alguma reunião em janeiro, no início de janeiro, de medidas de emergência para aumentar os níveis de abastecimento ao Município de Nelas e, aumentando ao Município de Nelas, também aos outros porque já não vamos buscar a água a Fagilde, poupamos Fagilde.

Fagilde, que não vai ser desassoreado. Acho que não aumenta muito os níveis de eficiência, mas vai ser, vai merecer umas intervenções como o aumento da capacidade da Barragem em um metro e meio, e outras iniciativas que pela amostra do tempo, mais mês, menos mês, vamos estar outra vez confrontados com a mesma situação de falta de água.

E, portanto, o que era ideal, absolutamente ideal para o Município de Nelas? Autonomizar-se de abastecimento de água relativamente apenas a uma fonte. Ter uma redundância que permita, se faltar a água, ainda por cima faltando água em Viseu quem paga as favas é Mangualde. Faltando água em Mangualde quem paga as favas é Nelas, que estamos no fim do circuito.

Portanto, temos que retomar, outra vez, fontes alternativas de abastecimento de água que estamos a procurar que sejam feitas no Município de Nelas. E, portanto, construir um investimento ao nível dos 2 milhões de euros neste momento não temos capacidade, exceto se o Governo disser ao PO SEUR que nos apoie em 85%. Aí temos que fazer.

E, aí, levanta-se outra questão que está no Orçamento. Não estou a fugir do Orçamento. Se Lisboa disser: Nós apoiamos o Município de Nelas com um investimento de 2 milhões de euros para fazer uma captação no Rio Dão, mas vocês têm que pagar 15%, se não temos dinheiro no Orçamento, temos que ir à capacidade de financiamento externo.

Eu também nisso sou muito claro. Não estou a esconder nada. No argumento 10 está lá escrito, no ponto 10 do Enquadramento Orçamental está lá escrito, podia não estar a dizer: não sendo de excluir a capacidade de endividamento, já liberta nos exercícios anteriores e outros financiamentos também legalmente seccionados, atenta a relevância e o montante das infraestruturas em causa.

Portanto, se me puserem perante isto, eu digo, em Lisboa a primeira reunião que fizemos foi para a ETAR de Nelas III, no gabinete do Senhor Secretário de Estado e disseram assim: Sai um milhão de euros daqui, PO SEUR, um milhão de euros do Ministério do Ambiente. E a Câmara, quanto é que tem? Tem um milhão de euros?

Eu nem sabia se tinha, mas disse: Tenho sim senhor. Para garantir a resolução de um problema ambiental estavam-me a garantir financiamento de 63,75% em uma infraestrutura de 4,3 milhões de euros, eu disse logo que sim. Depois, logo se vê onde é que o íamos arranjar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E, portanto, é esta flexibilidade e também seriedade, que nós não podemos excluir fontes de financiamento, mesmo, e é para isso que serve o endividamento de médio e longo prazo, desde que isso contribua para infraestruturas que até legalmente só são amortizáveis entre 15 a 20 anos.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Obrigado.

Não havendo mais ninguém inscrito, vou pôr à votação o ponto 2.3 - Aprovação das Propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano 2018. Pergunto: Quem vota contra? Três votos contra. Quem se abstém? Oito abstenções. E, portanto, 15 votos a favor.

Portanto, foi aprovado com 15 votos a favor, com os votos contra dos Senhores Deputados Manuel Henriques, Maria José Sousa Cabral e Bruno Pina, com a abstenção dos Senhores Deputados João Alfredo, André Carvalho, Teresa Pinto, Rui Costa, Maria João Ribeiro e Marta Temudo. E com os votos a favor dos restantes Elementos.

A Senhora Primeira Secretária, Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.3 – Aprovação das Propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano 2018, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 15 votos a favor, 3 votos contra e 8 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto 2.4 – Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2018 e do Regulamento de Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Nelas.

Senhor Presidente, faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Dois minutos e depois um minuto é para a Senhora Dr.^a Sofia Relvas porque ela é que liderou este processo.

Deixar apenas e cabe-me a mim fazer isso, compromisso político relativamente ao Quadro do Pessoal.

Já vos disse há pouco que eu não sou muito partidário de ter um Quadro do Pessoal avantajado. Acho que deve estar o Quadro de Pessoal adequado às necessidades do bom funcionamento dos Serviços, sem excluir aquilo que pode constituir um excelente instrumento de gestão, que é o recurso a serviços externos.

Agora, deixar-vos um compromisso político, que também pode ser sindicado no final de um ano, dois, três e quatro, que eu quero que seja. O facto de constarem do Quadro de Pessoal à volta de 270 lugares do Quadro da Câmara, não significa que esses 270 lugares sejam, sequer, preenchidos. São as necessidades de Serviço, que podem, isto em termos de flexibilidade da gestão, ser parcialmente preenchidos em função das necessidades do Serviço e até da saída de uma, ou outra pessoa, em termos gerais.

E, portanto, também aqui um meio-termo. Como eu vos disse e pelos dados a que eu tive acesso, o Quadro de Pessoal da Câmara já teve, não era no Quadro, era a trabalhar na Câmara, 330 pessoas, em 2010, mais os POC,s e os prestadores de serviços que havia na altura. Portanto, foi uma situação que deixou uma herança de que nós, atualmente, estamos a sofrer com pelo menos, 27 precários identificados nos Serviços, precários não é de 2 anos, 3 anos, ou 4 anos, são precários de 8 anos e 10 anos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Deixar-vos o compromisso de que tudo será feito naturalmente de acordo com a legislação extraordinária, que se vier a aprovar, relativamente à integração dos precários.

- E que será, a garantia do acesso à função pública e, também nos termos legais, a obrigação de que isso se faça por concurso, por procedimento concursal. E, portanto, é isso que será feito. Não significa esta proposta de Mapa de Quadro de Pessoal, outra coisa que não seja isso.

E ainda outra coisa muito, muito importante que a Senhora Dr.^a Sofia Relvas vai explicar e que é, de facto, ver internamente em matéria de Quadro de Pessoal uma precariedade interna que nós temos que resolver como estrutura que queremos, moderna e que estimule e retribua as pessoas de acordo com a sua competência e com o seu trabalho.

Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Senhora Vice-Presidente faça favor de usar da palavra.

A Senhora Vice-Presidente da Câmara, Sofia Relvas Marques:

- O Senhor Presidente já explicou tudo. Eu só, por cordialidade e educação é que vou tomar a palavra que me concedeu, apenas para um formalismo.

Portanto, a Câmara solicita autorização à Assembleia Municipal para aprovar a estrutura flexível orgânica que propõe. Portanto, a constituição de 4 Unidades Orgânicas flexíveis, designadas: a primeira, de Finanças e Património Municipal; a segunda, de Educação, Cultura e Desporto, a terceira, de Projetos, Obras e Ambiente e a quarta, de Desenvolvimento Social, Emprego e Saúde.

Pede também autorização para a constituição de uma Equipa de Projeto destinada ao cumprimento de toda a boa execução do Programa Intermunicipal que temos – Mondego Rede Cultural, um projeto por três anos e, portanto, a Equipa de Projeto está constituída pelo período do projeto, com a autorização da Assembleia Municipal, se assim for aprovado.

E, portanto, dizer também que dentro de uma das Unidades Orgânicas flexíveis vai ser criada, por proposta da Câmara, uma Sub unidade Orgânica chamada de Modernização Administrativa capaz de dar boa execução a todos os projetos de Modernização Administrativa, que à cabeça tem a Loja do Cidadão, recentemente aberta em Nelas, os dois Espaços de Cidadão, descentralizados em Santar e em Canas de Senhorim.

Um número vasto de projetos em matéria de Modernização Administrativa que temos com a CIM Viseu Dão Lafões, assim como a Equipa responsável por toda a coordenação interna para salvaguarda de todas as responsabilidades que a Administração Pública Local vai ter em matéria de proteção de dados.

Explicar que, de facto, a Câmara mantém esta estrutura orgânica flexível de acordo com o que a Lei permite, solicitando, para o efeito, autorização por parte da Assembleia Municipal, repito.

A variação, em termos quantitativos, de custos com o Pessoal também já foi amplamente justificada. De facto, este valor acomoda a possibilidade de a Câmara estar em condições para fazer as alterações de reposicionamento remuneratório que o Orçamento de Estado salvaguarda.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Vai acomodar o aumento do salário mínimo nacional, também já aprovado. Vai garantir a possibilidade de se executarem as mobilidades internas entre carreiras que estão já em curso assim, como disse o Senhor Presidente, a regularização de algumas situações chamadas precárias.

Hoje, à tarde, discutíamos este termo da precariedade e a precariedade, de facto, são muitos tipos, ou vários tipos de precariedade que nós gerimos na Câmara Municipal em termos de Recursos Humanos, na grande maioria, de facto, deixadas por, de facto, não haver condições, sequer, de abrir concursos para a integração de Funcionários.

Começamos em 2018, graças à recuperação da autonomia administrativa e financeira, a ter essa possibilidade e vamos fazê-lo, porque, de facto, há situações que é inadmissível a dignidade do compromisso e do cumprimento da responsabilidade que todos eles cumprem.

E, portanto, Senhores Membros da Assembleia Municipal, solicitamos a vossa aprovação ao Mapa de Pessoal, que nos parece ser justo, que nos parece comportar as condições para um bom desempenho que todos merecemos desses resultados positivos quando também temos uma estrutura de Recursos Humanos com competências, mas também motivados para o desempenho das suas funções.

Muito obrigada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigada Senhora Vice-Presidente. Quem quer usar da palavra neste ponto? Maia Rodrigues. Mais ninguém? Rui Costa. Senhor Deputado Maia Rodrigues, faça favor.

O Senhor Deputado Maia Rodrigues:

- Eu estou preocupado, estou preocupado porque, em véspera de campanha, pré-campanha, ou campanha, já não sei bem porque o tempo passa depressa e nós passamos também as datas precisas na mente, muita gente tinha dúvidas que nós saíssemos do processo de endividamento excessivo. Aliás, dizia-se, literalmente, e isso é o que consta no facebook, que era falso.

Depois foi feita uma sondagem sobre o que é que a população de Nelas queria. Se era a diminuição do IMI, ou o despedimento do Pessoal da Câmara. E, parece-me que, enfim, se não há aumento, pelo menos há uma ginástica em tornar as coisas que estavam menos claras, legais.

Eu sou das pessoas que, de facto, abomino que se tenham POC,s a fazer trabalho corrente, necessário, que devia ser preenchido com Pessoal do Quadro da Câmara. E abomino que as pessoas que vêm para um Instituto Público, para a Câmara, a contar com uma carreira, depois lhes digam que a carreira já acabou.

Fico preocupado. E, por isso, louvo o Quadro flexível. Eu sei que, aqui há 20 anos, ao nível de disputas laborais, sindicatos, havia a questão de as pessoas poderem exercer várias funções. E os sindicatos, contra, porque havia tarefas, enfim, rígidas.

E, felizmente, os empresários conseguiram explicar que uma costureira que soubesse, sei lá, talhar, teria muito menos risco de ir para o desemprego do que uma costureira que só soubesse costurar e vice-versa.

Portanto, o quadro flexível permite adaptar cada momento às circunstâncias das necessidades da Câmara. Falo, neste projeto, mas pode ser aí, ou ser noutro lado, os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

recursos que tem e, portanto, é uma questão, na minha opinião, de gerir recursos. Penso que foi aquilo que eu nunca vi fazer na Câmara.

Gostava que se dissesse mais uma palavrinha sobre isso e gostava que se reafirmasse, de facto, que não estamos a discutir pessoas, nem a contratar excessivamente porque isso, a mim, deixava-me preocupado.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Rui Costa, faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Bem, o Quadro do Pessoal já há muitos, muitos e longos anos se tem debatido aqui nestas Assembleias. Portanto, desde mais afirmo, como se afirmou nos anteriores mandatos, e não só eu, mas como várias pessoas que aqui vêm, às vezes, tecer comentários sobre este tema.

Não é tema sobre pessoas em termos particulares, mas sim em gestão autárquica. E a gestão autárquica, o que nos diz aqui é que este Executivo quer aumentar 50% das pessoas que tem lá.

É, são estes os números, 50%. Pode, portanto, os Executivos de há 10 anos, de há 50 anos terem 300 pessoas, 400 pessoas, isso é outra situação. A situação atual é que este Executivo quer aumentar, em 50%, as pessoas, os Funcionários da Câmara Municipal.

Eu até aceitava quando aqui se diz que há 17 precários. Ok. Então vamos fazer isto como deve ser. Agora, nesta Assembleia, retificam-se estes 17 precários. Depois, analisam-se as necessidades para daqui a um ano. E, então, apresenta-se outra vez.

Realmente, não há problema nenhum em o fazer. As Assembleias são de dois, ou de três em três meses, portanto, não temos problema, Senhor Presidente.

O Senhor chega aqui, altera o que é, portanto, a situação dos Funcionários que necessita, justifica-os perante a Assembleia, e nós aceitamos, ou não aceitamos. Neste caso, eu não vou aceitar um cheque em branco a este Executivo em aumentar, em cerca de 400.000,00 euros, em termos de despesas com Funcionários,

É assim, eu voto contra a alteração dos Funcionários porque, realmente, não vejo necessidade em aumentar em 50%.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Presidente faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só um esclarecimento ao Senhor Deputado Rui Costa.

Quando faço análises e utilizo como argumentos factos da gestão da Câmara do PSD/CDS, baseio-me nos números que tenho na Câmara Municipal.

O que o Senhor Deputado Rui Costa acaba de fazer, contrariamente ao que eu disse e ao que disse a Senhora Vice-Presidente, é um exercício de demagogia pura, porque ninguém disse nesta Assembleia que vai aumentar 50% o número de trabalhadores da Câmara, bem pelo contrário.

O Quadro que está proposto é o Quadro de Trabalhadores do Mapa de Pessoal. E já lhe disse que esse quadro não vai ser preenchido em 2018. Serve para acomodar situações de flexibilidade e serve para integração de quadros precários na Administração da Câmara Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Portanto, só para dizer e que fique muito claro, o Senhor Deputado Rui Costa acaba de fazer uma suposição do que vai acontecer. E, portanto, eu compreendo que diga isso porque, se calhar, houve Presidentes de Câmara antes de mim que diziam isto e faziam o contrário, de tal maneira que puseram 330 pessoas no Quadro, mais uns trocos.

E agora, como nós estamos a tentar resolver um problema que criaram, não é ao Quadro de Pessoal de 300.000,00 euros, 100.000,00 euros, são pessoas que têm nome, pessoas que têm nome e só 17 é que vão ser integradas, mas há, pelo menos, 27 que começaram a prestar serviço no tempo do PSD, em que o Senhor Deputado Rui Costa estava nesta Câmara e estão há 10 anos a prestar serviço, como se fossem Agentes da Administração Local, e é, exclusivamente para essa situação que nós queremos flexibilizar o Quadro de Pessoal.

Não é para um “suponhamos que”, passa por cima do que disse o Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Vice-Presidente de Câmara e quer mais uma botada para a opinião pública e para os blogs amanhã: Câmara aumenta 50% do seu Quadro de Pessoal. Para o fazer tem que fazer procedimentos concursais.

E também digo ao Senhor Deputado Rui Costa que se quer fazer o que me sugeriu que fizesse, que viesse de três em três meses, eu sei que não se importa nada que a Câmara de três em três meses apresente um Relatório à Direção Geral das Autarquias Locais, mas a gestão do Pessoal da Câmara cabe, por vontade do Povo, ao Presidente da Câmara e a quem tem maioria na Câmara.

Portanto, há um Quadro do Pessoal de gestão e a gestão depois vai ser apurada em termos de responsabilidade pelo trabalho a que se chegou. Agora, utilizar uma situação de precariedade, que foram vocês que provocaram e, agora, quando se quer encontrar a solução, aqui d’el Rei, lançamos o labéu de mais 50% dos trabalhadores, visando, como hoje na Câmara votar contra o Mapa de Quadro de Pessoal. Votaram contra.

Eu também posso votar contra, e a Câmara, e demitir-me dos compromissos que assumi nas eleições. Se todos votássemos contra, como hoje o PSD fez e o CDS, na reunião de Câmara, não havia integração de quadros, nem havia mobilidade interna na Câmara Municipal.

E, portanto, temos que ser consequentes naquilo que é essencial, que nos diz mais, que é honrarmos os compromissos que assumimos. E se assumimos a integração de quadro e a valorização das carreiras dos Trabalhadores, com quem enchemos a boca e depois temos instrumentos para o fazer, aqui d’el Rei, que quero controlar, ao nome, Maria, João, António, a integração e a regularização de uma situação, principalmente quem fez essa situação da precariedade.

O que queremos na Câmara é não haver situações de precariedade externa, nem interna, porque estamos fartos de ver na Câmara pessoas com elevada competência e responsabilidade a ganhar muito menos do que pessoas que não têm tanta competência, nem tanta responsabilidade.

E esta estrutura flexível serve também para pôr ordem, em termos de qualidade, com aquilo que nós conseguimos fazer, com defeitos, naturalmente, mas bem-intencionados.

E, portanto, senhor deputado Rui Costa, tenho que dizer, 8 anos que estiveste aqui na Câmara, a ver correr à frente dos teus olhos, a precariedade toda, que não te



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

afligi, hoje aflige-te a solução para o problema da precariedade que tu próprio ajudaste a criar.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente.

O CDS/PP votaria favoravelmente o Quadro do Pessoal se ele se circunscrevesse à regularização das situações de precariedade, se ele se circunscrevesse aos aumentos, legalmente devidos e, no fundo, à regularização depois do descongelamento das carreiras. Isso que fique claro. Seria um voto sem qualquer restrição.

Ainda digo mais, se tivesse uma pequena folga que permitisse, ou o Senhor Presidente da Câmara dentro dos seus poderes, poder fazer um ajustamento em função da atividade do Município, o CDS cá estaria para votar favoravelmente.

O CDS não vota favoravelmente à possibilidade do Senhor Presidente da Câmara ficar com 70 pessoas que possa meter no Quadro em função das necessidades políticas do momento. É isto que o CDS vota contra. De qualquer forma, que fique claro que não há uma oposição à regularização, à correção das carreiras congeladas.

Dizer também, para terminar, que deve ser tempo de deixar para trás o que ficou para trás. Este Executivo, este Senhor Presidente da Câmara está em funções desde 2013, não podemos estar a recuar constantemente a um período totalmente diferente.

Só para perceberem, em 2013 estávamos em pleno ajustamento motivado por uma gestão errática de um Governo socialista à época. Era essa a situação que esta Câmara tinha também devido às condições do País.

Por isso, eu acho que devemos centrar-nos na Governação Borges da Silva, com o bom e com o mau que ela tenha.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Rui Costa, faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Senhor Presidente. Desculpe incomodá-lo, mas ainda bem que mostrou aqui o que pretende. E o que pretende é não ser incomodado no seu mandato. Mas eu afirmo-lhe que, responsabilmente, vou fazê-lo como oposição, como minoria, que assim o povo nos mandatou.

Mas, de qualquer forma, de uma política responsável, vamos fazê-lo. E vamos fazê-lo e dizendo às populações, e dizendo a esta sala, que diz: Mapa de Pessoal para o ano de 2018. Não estou a inventar nada. É o que está aqui.

O Senhor não esteja aqui a tentar dizer que as pessoas estão distraídas, não estão. Eu não sei quem é que está distraído.

O Senhor tem que ser coerente. Tem 50% de aumento do Mapa de Pessoal que, legitimamente, há pessoas e todos nós sabemos, mas não é só nesta Câmara, Senhor Presidente. E o Senhor sabe. Conhece muitas. Todas as Câmaras trabalham dessa forma.

Portanto, se quer regularizar situações e acho muito bem que as regularize porque, se calhar, há pessoas há mais tempo na Câmara Municipal que o Senhor e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

portanto, têm direito a ter as suas vidas profissionais regularizadas e estáveis e eu aceito muito bem.

Agora, estamos a falar politicamente. Não misture as coisas. Politicamente, é isto que o Senhor apresenta. Agora, se o quer fazer de três em três meses, se o quer fazer de meio ano em meio ano. Decida. Pode-o fazer de ano a ano. Em vez de ser 17, 27, como disse a seguir. E, depois, vamos por aí fora.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Senhor Deputado Maia Rodrigues, faça favor.

O Senhor Deputado Maia Rodrigues:

- Há um princípio, que é o princípio da boa-fé e que o Povo, geralmente costuma dizer desta forma: Um bom julgador por si se julga.

Eu penso, ainda por cima estamos a fazer o Orçamento do primeiro mandato, da Câmara eleita, há sempre um benefício da dúvida, que temos que dar.

Este quadro voltará cá daqui por um ano, este, o que for. E podemos então dizer se as nossas dúvidas, que estão expressas, se as nossas dúvidas são reais, ou não, as nossas, enquanto Deputados e que, no fundo, temos uma das funções que é fiscalizar.

Mas entendo, de facto, que o princípio de que um bom julgador por si se julga, nós devemos partir do princípio da boa-fé, ou seja, eu acredito nos princípios que estão aqui ditos e estão gravados, ficarão em ata, do Senhor Presidente da Câmara e da Câmara sobre esta matéria.

E já disse sobre os precários alguma coisa, sobre a matéria não vou insistir.

Era só.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Sousa, faça favor.

O Senhor Deputado António Sousa:

É só para complementar as palavras do orador antecessor.

E porque já ouvi aqui, como já ouvi na reunião de Câmara onde estive presente, já várias vezes a palavra boys e é para os boys e não sei o quê, é só porque também tenho que terminar com uma pequena frase, que também é um ditado popular, que diz: Só fala em orelhas quem é orelhudo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Ora, não havendo mais ninguém inscrito, eu vou passar à votação do ponto 2.4 - Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2018 e do Regulamento de Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Nelas e pergunto: Quem vota contra? Cinco votos contra, dos Senhores Deputados Maria José Cabral, Manuel Henriques, Rui Costa, Maria João Ribeiro e Marta Temudo. Quem se abstém? Cinco abstenções, dos Senhores Deputados João Alfredo Ferreira, António Luís Santos, Bruno Pina, André Carvalho e Teresa Pinto. Portanto, aprovado com 16 votos a favor.

A Senhora Primeira Secretária, Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.4 – Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2018 e do Regulamento de Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Nelas, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 16 votos a favor, 5 votos contra e 5 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.
Passamos ao ponto 2.5 – Aprovação da Prestação de Contas Semestrais do ano de 2017. Senhor Presidente, quer apresentar o ponto?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Fico à disposição para algum esclarecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Alguém quer pedir algum esclarecimento ao Senhor Presidente sobre este ponto?

Ora, se ninguém quer pedir nenhum esclarecimento sobre este ponto, vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Quatro abstenções, dos Senhores Deputados Manuel Henriques, Maria José Cabral, Teresa Pinto e André Carvalho.

A Senhora Primeira Secretária, Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.5 – Aprovação da Prestação de Contas Semestrais do ano de 2017, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 22 votos a favor, 0 votos contra e 4 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto 2.6 – Aprovação de proposta de área de reconstrução urgente. Senhor Presidente, quer dizer alguma coisa sobre isto? Ou fica à disposição?

O Senhor Presidente da Câmara:

- É um regime excecional decorrente do Decreto-Lei n.º 130/2017. O regime excecional de controlo prévio relativo à reconstrução de edifícios destruídos, ou gravemente danificados, em resultado de catástrofe.

Nos termos que estão ditos nesse diploma, depende de deliberação da Assembleia Municipal, por proposta da Câmara, a delimitação da área e, portanto, os Serviços Técnicos da Câmara fizeram isso.

Têm aqui as áreas do Município que foram afetadas por incêndios. E, portanto, é um sistema mais simplificado relativamente à reconstrução dos imóveis.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem quer usar da palavra neste ponto? Se ninguém quer usar da palavra neste ponto, eu vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária, Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.6 – Aprovação de proposta de área de reconstrução urgente:

a) Planta com a delimitação da Área de Reconstrução urgente;

b) Listagem de prédios de reconstrução urgente;

c) Dispensa de consulta a entidades externas no âmbito da reconstrução;

d) Elementos instrutórios do pedido de Comunicação Prévia a isentar;

e) Isenção das taxas municipais de comunicação prévia ou licença e a autorização de utilização da reconstrução dos prédios listados;

foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, ou seja, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.7 – Autorizar o lançamento de derrama para o ano de 2018, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Quem quer pronunciar-se sobre este ponto? Senhor Presidente, quer dizer alguma coisa sobre isto?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só dizer que esta é uma opção ponderada em termos financeiros da Câmara e que, portanto, num exercício económico em que vai haver uma redução de 33% de uma receita própria, como é o IMI, cremos que seria temerário até do ponto de vista da garantia das boas contas municipais isentar também de derrama, sendo certo que, temos bem a noção que a derrama é um imposto municipal que incide sobre o lucro das empresas.

Portanto, só as empresas que, felizmente, tenham lucro, uma parte dele será reinvestido por via do financiamento do Orçamento Municipal e, portanto, dado o apoio que temos prestado também, em termos de instalação de empresas e de acarinamento dos empresários. E também dos investimentos que se projetam em termos de benefício das áreas de acolhimento empresarial, não só apenas uma, que tem financiamentos aprovados para o efeito, mas também das outras, creio que é justo que essas empresas, serão já beneficiadas por via da redução da taxa de IMI, porque elas próprias também pagam IMI pelos imóveis, o que se justifica, pelo menos no exercício de 2018, fruto desta quebra de receita municipal, que se tribute, pelo lucro, as empresas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Alguém quer usar da palavra neste ponto? Ora, se não, vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Cinco abstenções, dos Senhores Deputados Maria José Cabral, Manuel Henriques e os Senhores Deputados do PSD. Portanto, 5 abstenções e 21 votos a favor. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária, Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.7 – Autorizar o lançamento de derrama para o ano de 2018, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 21 votos a favor, 0 votos contra e 5 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto 2.8 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem - Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas. Quem quer usar da palavra neste ponto?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Presidente, se me permite, só lembrar que estamos a falar de 4.000,00 euros, que estão lançados no Orçamento que foi aprovado para 2018 e, portanto, também não é de prescindir dessa receita em termos municipais.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Quem quer usar da palavra neste ponto? Ninguém? Vou pôr à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária, Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

MINUTA DA ATA

O ponto 2.8 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem - Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas – Aprovação, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, ou seja, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto 2.9 - Participação dos Municípios no IRS – Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro – Aprovação. Alguém quer usar da palavra neste ponto? Senhor Presidente, quer dizer alguma coisa?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Reafirmo o que disse relativamente aos dois pontos anteriores.

O Senhor Presidente da Assembleia:

Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente. Muito breve sobre este ponto, e é uma questão de princípio, uma questão também ideológica. Entendemos que é sobre o IRS, e não tanto sobre o IMI, que se pode fazer justiça social.

E, se calhar, achava que nos próximos anos, este Executivo devia ponderar, também por essa via, redistribuir os impostos que são pagos por todos, porque, efetivamente, o IRS é a sede própria para o fazer.

Há Municípios que têm postura diferente deste. Eu percebo que é uma receita que a Câmara Municipal precisa, mas que devia ser considerado nos próximos anos também atuar por esta via.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Mais alguém quer usar da palavra? Senhor Deputado Maia Rodrigues, faça favor.

O Senhor Deputado Maia Rodrigues:

- Eu peço desculpa, mas discordo. Eu discordo e eu pago IRS, ok. Eu penso que o IMI é muito mais transversal do que o IRS.

Se repararmos, o número de famílias que não paga IRS, comparado com o número de famílias que não paga IMI, penso, aí sim. Eu não trocava um pelo outro, apesar de eu ser penalizado, hipoteticamente.

Eu penso que o benefício que tiro, da minha casa, eu não tenho mais bens, mas da minha casa, em sede de IMI, satisfaz-me mais, talvez não em montante, satisfaz-me mais porque é mais transversal. Vai ao meu vizinho, que paga, ou não, IRS e beneficia, do que, propriamente a mim, que sou penalizado.

Apoio a questão do IMI inteiramente. A questão do IRS, sobre proposta da Câmara, também não vinha aqui dizer para a Câmara, exigir que a Câmara o fizesse, mas penso que em situação em que temos que recorrer a alguns e abdicar de outros, penso que este é muito mais justo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Não está mais ninguém inscrito. Vou pôr à votação o ponto 2.9. Quem vota contra? Quem se abstém? Duas abstenções, dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Senhores Deputados Manuel Henriques e Maria José Cabral. Aprovado com 24 votos a favor e 2 abstenções. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária, Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.9 - Participação dos Municípios no IRS – Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro – Aprovação, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 24 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.10 – Autorização prévia da Assembleia Municipal de Nelas, para assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Senhor Presidente, quer dizer alguma coisa neste ponto?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eu creio, estava aqui a confirmar, que a relação de compromissos plurianuais, portanto, que passam de 2017 para 2018, que estão aqui devidamente especificados são os compromissos assumidos relativamente à contratação na área de Energia, Requalificação de Escolas, Recursos Humanos e Saúde, e, portanto, o que vejo aqui são compromissos que passam de 2017 para 2018.

Só passam para os anos seguintes a renovação do licenciamento de software da Câmara e as comunicações de voz de dados da Internet e, portanto, todos os outros são compromissos assumidos em 2017 que passam para 2018.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Alguém quer usar da palavra neste ponto?

Então, vou pôr à votação o ponto 2.10 e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária, Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.10 – Autorização prévia da Assembleia Municipal de Nelas, para assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, ou seja, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto 2.11 – Designação de um representante desta Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde de Dão Lafões.

Eu pergunto aos Senhores Membros da Assembleia se alguém está disponível para integrar este Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde de Dão Lafões, que se dispusesse a apresentar-se para nós podermos designar alguém.

O Senhor Deputado Manuel Henriques propõe o Senhor Deputado Dr. André Carvalho.

Querem fazer por escrutínio secreto? Sim.

(A Senhora Segunda Secretária, Alexandra Maria Lopes Monteiro, procedeu à chamada dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, para os mesmos votarem por escrutínio secreto).

O Senhor Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Temos 26 votos a favor, 0 brancos e 0 nulos.

A Senhora Primeira Secretária, Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.11 – Designação de um representante desta Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde de Dão Lafões; foi posto à votação, tendo sido designado o Senhor André Manuel Simões Carvalho, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos brancos e 0 nulos, ou seja, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.12 – Designação de 4 Munícipes para a composição da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Nelas.

De acordo com o e-mail, que todos receberam, a Senhora Presidente da Comissão cessa o mandato e a Senhora Professora Maria Alice Rebelo não está disponível para continuar.

Portanto, dos 4 Elementos que são nomeados pela Assembleia por três anos, dois têm que ser substituídos. A Comissão pede-nos para elegermos 4, para ficarem depois dois em lista de espera.

A Mesa tomou a liberdade de contactar algumas pessoas e das pessoas que contactou, 4 aceitaram e são elas: Isabel Maria de Jesus Rodrigues, que já foi Presidente da CPCJ durante vários anos e é Funcionária da Câmara na área da Ação Social; Maria José Larcher Monteiro, que também já esteve na CPCJ, e é Advogada da nossa praça; João de Jesus Rijo da Conceição Mendes, é do Dão Nelas BTT e Maria Filomena Sampaio da Costa Guimarães. É uma Senhora que trabalhou como secretária na Madibéria. Estas quatro pessoas aceitaram. Nós apresentamos esta lista. Pergunto se, há mais alguma lista a votação, ou não? Há mais uma lista? Faça favor de a apresentar.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente, tenho o prazer de propor uma lista de 4 pessoas: Sara Pereira Mestre Batista, Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, João Paulo Borges de Almeida e Ricardo Filipe Tavares.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não sei é se consigo explicar quem são estas 4 pessoas. Portanto, Sara Pereira Mestre Batista é de Nelas; Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues é de Casal Sancho; João Paulo Borges de Almeida é de Carvalhal Redondo e Ricardo Filipe Tavares, trabalha no Hotel da Visabeira, na Barragem da Aguieira. Foram todos candidatos pelo CDS/PP.

Pronto, há duas listas. A lista que a Mesa apresentou e que chamamos lista A, porque foi apresentada em primeiro lugar, constituída por: Isabel Maria de Jesus Rodrigues, Maria José Larcher Monteiro, João de Jesus Rijo da Conceição Mendes e Maria Filomena Sampaio da Costa Guimarães.

E a lista B, constituída por: Sara Pereira Mestre Batista, Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, João Paulo Borges de Almeida e Ricardo Filipe Tavares.

Portanto, vou pôr à votação por escrutínio secreto. Quem quiser votar na lista A escreve A. Quem quiser votar na outra lista, escreve B. Quem não quiser votar em nenhuma lista, ou vota branco, ou anula o boletim de voto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

(A Senhora Segunda Secretária, Alexandra Maria Lopes Monteiro, procedeu à chamada dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, para os mesmos votarem por escrutínio secreto)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- A lista A tem 14 votos. A lista B tem 6 votos. Brancos 4. Faltam 2 votos referentes a deputados que já saíram. Votaram 24.

Então, a votação foi 14 para a lista A, 6 para a lista B e 4 brancos. Aplicado o método de hondt, são 3 mandatos para a lista A, 1 mandato para a lista B.

Os Eleitos são: Isabel Maria de Jesus Rodrigues, Maria José Larcher Monteiro, Sara Pereira Mestre Batista e João de Jesus Rijo da Conceição Mendes, sendo os dois primeiros, efetivos e os dois seguintes, suplentes.

Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

O Senhor Deputado João Alfredo pediu para usar da palavra neste ponto.

O Senhor Deputado João Alfredo Ferreira:

- Eu peço desculpa pelo adiantado da hora, mas não queria deixar passar este ponto sem reconhecer pessoalmente e até como Cidadão, o trabalho desenvolvido, nomeadamente, pela Senhora Professora Maria do Carmo.

“VOTO DE LOUVOR”

“Designados os novos elementos, representantes desta Assembleia Municipal, para substituição dos que agora terminam o seu mandato, dos quais a Presidente da CPCJ, Professora Maria do Carmo Dinis, não queria deixar passar este ponto sem reconhecer pessoalmente e até como cidadão, o trabalho desenvolvido pela Senhora Professora Maria do Carmo.

Eu tive o grato prazer de trabalhar com ela na CPCJ, em mandatos anteriores, e foi sempre uma pessoa proficiente naquilo que fez, muitas vezes com dificuldades devido a pessoas que não apareciam, e ela tinha que solucionar. Foi das pessoas que deu muito a esta terra, nomeadamente às crianças e jovens intervencionados pela CPCJ e até institucionalizados.

Portanto, eu não posso deixar que ela acabe o mandato sem um merecido reconhecimento desta Assembleia, e acho que é aqui o lugar certo para propor um Voto de Louvor à Senhora Professora Maria do Carmo pela proficiência do trabalho desenvolvido em prol dos nossos jovens.

Muito obrigado, João Alfredo Ferreira.”

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhora Primeira Secretária, eu vou-me ausentar porque a Senhora Professora Maria do Carmo é minha mulher.

A Senhora Primeira Secretária, Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

- Face ao Voto de Louvor agora apresentado pelo Senhor Deputado, ponho à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ora, então, retomando os trabalhos, vamos passar ao ponto 2.13. Deputado Sousa, quer usar da palavra? Faça favor.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Era só para propor aqui uma metodologia. Isto agora é Presidentes de Junta, ponto 2.13, 2.15 e 2.16. O que eu achava é que fazíamos 5 minutos de intervalo, deixávamos os Senhores Presidentes de Junta reunirem-se, todos os presentes, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

decidirem entre eles estes lugares, e depois vinham à Assembleia dar-nos o resultado. É assim que se tem feito nos outros anos, se querem fazer de outra maneira, pode-se fazer de outra maneira.

O Senhor Presidente da Assembleia:

Concordo com a proposta e solicito aos Senhores Presidentes de Junta que estão presentes, reúnam em 5 minutos e apresentem a vossa proposta para cada um destes pontos, se estiverem de acordo.

Eu proponho que o Senhor Deputado Manuel Henriques se junte com os Senhores Presidentes de Junta e represente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim, de acordo com a sua proposta.

(Foi feito um intervalo de 5 minutos)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ora, já tenho aqui os nomes propostos pelos Senhores Presidentes de Junta para cada um dos cargos.

Eu não vou pedir para elegerem, mas para ratificarem a decisão dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e, portanto, faço-o por braço no ar, a não ser que alguém se oponha a este processo. Não, ótimo.

Ponto 2.13 – Eleição de um Senhor Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto para Delegado aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses: Efetivo: Jorge Manuel Tavares Abreu; Suplente: Paulo Alexandre Luís Abrantes.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto 2.15 – Eleição de cinco Presidentes de Junta de Freguesia, representantes do Município na Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios:

- António Luís Roque Silva; António Fernandes da Costa; José Carlos da Silva Monteiro; Jorge Manuel Tavares Abreu e João Miguel Guerra Cabral Neves.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto 2.16 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, representante do Município na Comissão Municipal de Proteção Civil:

- João Miguel Guerra Cabral Neves.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ora, falta um ponto, que estava aqui no meio, que é o ponto 2.14 - Eleição de cinco cidadãos, de reconhecida idoneidade, designados pela Assembleia Municipal, para integrar o Conselho Municipal de Segurança, e que me passou despercebido, mas também não sei se alguém contactou pessoas para integrarem este Conselho Municipal de Segurança, portanto, pessoas, tal como para a CPCJ, de reconhecida idoneidade.

Alguém tem alguma lista? Deputado Sousa, tem uma lista?

O Senhor Deputado António Sousa:

- Em relação a este ponto queria fazer uma declaração em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Houve aqui um equívoco pela nossa parte e nisso temos que pedir desculpa a todos os eleitores porque, ao analisarmos a Ordem de Trabalhos e porque no 2.13 para a frente era eleição de Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, pensámos que o ponto 2.14 também era para eleição de Presidentes de Junta. Não demos conta que não era. Não temos lista porque, como não demos conta desse ponto, que nos passou despercebido, não contactámos ninguém.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Se houver alguma lista, ela tem que ser votada. Se quiserem remeter este ponto para outra Assembleia, está à consideração.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado.

Se dentro das pessoas que estão aqui conseguirmos arranjar 5 que aceitem, e isso é importante, 5 que aceitem, vamos pôr à votação. Se não encontrarmos, peço desculpa, mas temos que agendar este ponto na próxima sessão. Acho que não há de haver nenhum Conselho Municipal de Segurança, entretanto, até fevereiro.

Então, de comum acordo com as bancadas presentes, este ponto 2.14 será retirado por falta de Elementos para constituir o grupo e será presente na próxima reunião da Assembleia Municipal.

Chegamos assim ao fim do Período da Ordem do Dia.

Declaro aberto o Período do Público. Alguém quer usar da palavra? Um Senhor. Faça favor de se identificar. Alertá-lo que pode pedir esclarecimentos ou dar sugestões. Não pode pronunciar-se sobre nada que se tenha passado aqui.

O Senhor José Abrantes:

- Então muito boa noite a todos e a todas. Acho que a última campanha eleitoral foi um bocado pobre de ideias e então, sem querer ser pretensioso, eu venho aqui dar algumas sugestões, tanto à Assembleia, como à Câmara.

E, começaria já por uma questão que eu acho que é interessante. Se nós olharmos para trás, se os Senhores Deputados olharem para trás veem que aqui estão poucas pessoas. Eu acho que há pouca aproximação entre o Poder Político e os Cidadãos.

E, então, eu propunha, a primeira coisa que eu propunha seria que a intervenção do Público fosse, eventualmente, repartida entre o início de cada reunião e o fim. Acho que deixar para o fim poderá condicionar as pessoas a poderem intervir.

Uma outra sugestão que eu fazia era que as reuniões, tanto de Câmara, como da Assembleia Municipal, fossem transmitidas em direto. Acho que era importante também as pessoas serem informadas porque eu acho que um Cidadão mais informado é um Cidadão mais participativo.

Depois, num outro ponto do Regimento desta Assembleia, acho que seria também bom reduzir o número de eleitores que são necessários para, por exemplo, haver uma Assembleia Extraordinária. Acho que 5% serão, salvo o erro, cerca de 650 eleitores, acho que é muita gente para poder vir aqui colocar um assunto, seja ele qual for na Ordem do Dia.

Também, uma alternativa que também ao encontro dessa proposta seria o direito de petição, ou seja, estar previsto o direito de petição para quem quiser vir aqui expor os seus problemas e participar numa vida política mais ativa e cívica.

E, pronto, era só isto. E desejo a todos um Bom Natal.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Pelo que eu percebi, das quatro propostas que o Senhor faz, parece-me que nenhuma delas é possível de ser aceite por esta Assembleia.

Pôr a intervenção do Público entre o início e o fim, a lei diz que no fim de cada sessão há um período reservado ao Público, é da lei, portanto não podemos alterar essa situação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Transmissão em direto, as sessões são públicas e está presente quem quiser. Como a sala não está cheia não há nada que justifique que haja transmissão em direto quando as pessoas têm livre acesso ao local onde se realiza a sessão.

O número de cidadãos necessários para pedir uma Assembleia Extraordinária é exagerado. Posso concordar, mas é o que a lei prevê e nós não temos competências para alterar a lei. Os Cidadãos têm uma forma de contornar isso, é arranjam um Grupo Parlamentar que concorde com a sua proposta e proponha essa Assembleia Extraordinária, nos termos do Regimento.

O direito de petição é outra situação que também não está prevista no Regimento nem na Lei 75/2013. Está previsto que o público pode intervir para pedir esclarecimentos, ou para dar sugestões. Portanto, de acordo com a lei, a não ser que haja melhor entendimento, não lhe posso atender a nenhum dos seus pedidos.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Posso dar um contributo?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Com certeza.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Se procurar na Internet existe um diploma regulamentar desse direito constitucional, que é o direito de petição. E, de acordo com o que está descrito na própria lei, não pode ser impeditivo fazer uma petição à Assembleia Municipal e ela apreciará no decurso normal. Se é sujeita a matéria à discussão, seja o que for que a petição implique, acho que os órgãos administrativos, de acordo com essa lei, estão sujeitos também a esse direito de petição.

E, portanto, mesmo que não esteja previsto no regimento, legalmente pode ser um instrumento de democracia direta, que é o que o Senhor pretende, que é a democracia direta.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Mais alguém quer usar da palavra? Senhor Deputado Sousa faça favor.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Queria aproveitar a oportunidade para desejar a todos um Bom Natal e um Bom Ano de 2018.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Aproveitando a entrada do Senhor Deputado Sousa, em nome da Mesa, também quero aproveitar para desejar a todos um Ótimo Natal e um Novo Ano em Paz, que é o que nós mais precisamos.

Muito obrigado a todos e até uma próxima oportunidade. Muito boa noite.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: